

GUILHERME DE SOUZA **NUCCI**

# CURSO DE **DIREITO PENAL**

**PARTE GERAL**

**ARTS. 1<sup>º</sup> A 120 DO CÓDIGO PENAL**

**VOL. 1**

**7<sup>a</sup>**  
edição

revista,  
atualizada  
e ampliada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 27.12.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
Copyright © 2023 by  
Editora Forense Ltda.  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

---

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte geral: arts. 1º a 120 do código penal / Guilherme de Souza Nucci. – 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

(Curso de direito penal; 1)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4684-5

1. Direito penal – Brasil. I. Título. II. Série.

22-81289

CDU: 343.21(81)



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza – Bibliotecária – CRB-7/6439

# Sumário

<b>CAPÍTULO I – Introdução ao Direito Penal .....</b>	<b>1</b>
1. Noções introdutórias.....	1
1.1. Conceito de direito penal.....	1
1.2. Direito penal objetivo e subjetivo .....	3
1.3. Direito penal comum e especial .....	3
1.4. Direito penal internacional e direito internacional penal.....	4
1.5. Direito penal (substantivo) e processual (adjetivo) .....	5
1.6. Finalidade e função do direito penal .....	5
1.7. Política criminal .....	13
1.7.1. As velocidades do direito penal.....	16
1.7.2. A vítima no direito penal .....	18
1.8. Criminologia.....	18
1.9. Bem jurídico .....	21
2. Relacionamento do direito penal com outros ramos jurídicos .....	23
2.1. Direito penal e constitucional.....	23
2.2. Direito penal e civil.....	23
2.3. Direito penal e administrativo.....	23
2.4. Direito penal e tributário .....	24
2.5. Direito penal e processual penal .....	24
2.6. Direito penal e processual civil.....	25
2.7. Direito penal e empresarial.....	25

2.8. Direito penal e execução penal.....	25
2.9. Direito penal e penitenciário .....	26
2.10. Direito penal e infância e juventude .....	26
2.11. Direito penal e ambiental.....	26
2.12. Direito penal e econômico.....	27
2.13. Direito penal e consumidor .....	27
2.14. Direito penal e trabalhista.....	27
2.15. Direito penal e previdenciário .....	27
2.16. Direito penal e militar.....	28
2.17. Direito penal e eleitoral .....	28
3. Relacionamento do direito penal com outras ciências.....	28
3.1. Direito penal e psicologia.....	28
3.2. Direito penal e psiquiatria.....	29
3.3. Direito penal e sociologia.....	29
3.4. Direito penal e antropologia .....	29
3.5. Direito penal e medicina legal.....	29
Resumo do capítulo .....	30
<b>CAPÍTULO II – Evolução Histórica do Direito Penal .....</b>	<b>31</b>
1. Direito penal primitivo.....	31
2. Direito penal romano.....	36
3. Direito penal germânico.....	37
4. Direito penal canônico .....	38
5. Direito penal <i>comum</i> seguido do período humanitário.....	39
Resumo do capítulo .....	40
<b>CAPÍTULO III – Escolas Penais .....</b>	<b>41</b>
1. Escola clássica .....	41
2. Escola positiva.....	46
3. Escolas mistas.....	48
3.1. <i>Terza scuola italiana</i> .....	48
3.2. Escolas ecléticas e a luta das escolas.....	49
4. Escola da defesa social.....	49
5. Escola da nova defesa social.....	50
Resumo do capítulo .....	53
<b>CAPÍTULO IV – História do Direito Penal Brasileiro .....</b>	<b>55</b>
1. Brasil colônia.....	55
2. Brasil império.....	57
3. Brasil república .....	58
4. Brasil atual .....	58
Resumo do capítulo .....	59

<b>CAPÍTULO V – Princípios de Direito Penal.....</b>	<b>61</b>
1. Conceito de princípio e sua importância .....	61
2. Graduação dos princípios.....	63
3. Princípios regentes .....	64
3.1. Dignidade da pessoa humana.....	64
3.2. Devido processo legal .....	66
4. Princípios de direito penal .....	67
4.1. Constitucionais explícitos .....	67
4.1.1. Concernentes à atuação do Estado .....	67
4.1.1.1. Legalidade (ou reserva legal).....	67
4.1.1.2. Anterioridade .....	69
4.1.1.3. Retroatividade da lei penal benéfica.....	69
4.1.1.4. Humanidade .....	69
4.1.2. Concernentes ao indivíduo .....	72
4.1.2.1. Personalidade ou responsabilidade pessoal.....	72
4.1.2.1.1. A questão da cobrança da multa penal.....	74
4.1.2.1.2. A medida extrapenal do princípio....	75
4.1.2.2. Individualização da pena .....	77
4.2. Constitucionais implícitos.....	78
4.2.1. Concernentes à atuação do Estado .....	78
4.2.1.1. Intervenção mínima e princípios consequenciais da subsidiariedade, fragmentariedade e ofensividade.....	78
4.2.1.1.1. Ofensividade (ou lesividade).....	80
4.2.1.1.2. Insignificância e adequação social....	81
4.2.1.2. Taxatividade.....	81
4.2.1.2.1. Conceito e importância.....	81
4.2.1.2.2. Mecanismos legítimos para a construção dos tipos penais: elementos normativos, subjetivos específicos e norma em branco.....	82
4.2.1.2.3. Análise dos tipos abertos .....	83
4.2.1.2.4. Normas penais explicativas .....	97
4.2.1.2.5. Tipos remissivos.....	98
4.2.1.2.6. A influência da política criminal na construção dos tipos penais.....	99
4.2.1.3. Proporcionalidade.....	100
4.2.1.3.1. Conceito e dimensão .....	100
4.2.1.3.2. Alterações legislativas e desproporcionalidade.....	101
4.2.1.3.3. O princípio da proibição da proteção deficiente.....	103

4.2.1.4.	Vedação da dupla punição pelo mesmo fato.....	104
4.2.1.4.1.	Conceito e aplicação prática.....	104
4.2.1.4.2.	Correlação com a individualização da pena .....	104
4.2.1.4.3.	A constitucionalidade da aplicação da reincidência .....	105
4.2.1.4.4.	Absorção do perigo pelo dano .....	105
4.2.2.	Concernente ao indivíduo.....	106
4.2.2.1.	Culpabilidade.....	106
4.2.2.1.1.	Conceito e relevância .....	106
4.2.2.1.2.	Dolo e culpa: iniciando uma nova abordagem .....	108
4.2.2.1.3.	Responsabilidade penal objetiva, sua extensão na teoria do tipo e o enfoque da embriaguez voluntária ou culposa.....	109
4.2.2.1.4.	Culpabilidade no campo da aplicação da pena .....	112
4.2.2.1.5.	Culpabilidade no processo penal.....	113
	Resumo do capítulo .....	114
	<b>CAPÍTULO VI – Fontes do Direito Penal e Interpretação das Leis Penais.....</b>	<b>119</b>
1.	Fontes do direito penal e do processo penal .....	119
1.1.	Fontes materiais.....	119
1.2.	Fontes formais.....	122
1.2.1.	Alguns instrumentos de criação do tipo penal: enfoques do tipo aberto, do tipo remissivo e da norma penal em branco .....	124
1.2.2.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva.....	127
1.2.3.	Alguns instrumentos de integração e interpretação da norma processual penal: enfoques da analogia, da interpretação analógica e da interpretação extensiva .....	127
1.2.4.	Medida de segurança: aspectos cautelares e executórios ....	127
1.2.5.	Plebiscito e referendo.....	128
1.2.6.	Interpretação e integração do direito penal .....	129
1.2.6.1.	Conceito de interpretação.....	129
1.2.6.2.	Espécies de interpretação.....	129
1.2.6.3.	Outras formas de interpretação e fontes indiretas .....	139
1.2.6.4.	Analogia .....	145
	Resumo do capítulo .....	147

<b>CAPÍTULO VII – Legalidade e Anterioridade da Lei Penal.....</b>	<b>151</b>
1. Legalidade.....	151
1.1. Mera legalidade e estrita legalidade .....	151
1.2. Legalidade como garantia humana fundamental.....	152
1.3. Legalidade material e formal .....	154
1.4. Leis escritas .....	154
2. Anterioridade.....	155
3. Extensão da palavra <i>crime</i> .....	156
4. Aplicação da legalidade para qualquer sanção penal.....	156
5. Eficácia dos princípios da legalidade e da anterioridade .....	157
6. Normas penais em branco.....	158
6.1. Conceito .....	158
6.2. Intermitência da norma penal em branco .....	159
6.3. Confronto entre normas penais em branco, tipos penais remetidos e normas imperfeitas ou incompletas.....	160
Resumo do capítulo .....	161
<b>CAPÍTULO VIII – Aplicação da Lei Penal no Tempo.....</b>	<b>163</b>
1. Conceito e alcance da lei penal no tempo .....	163
2. <i>Abolitio criminis</i> (abolição do delito).....	164
2.1. Confronto com a edição de lei penal benéfica ( <i>novatio legis in mellius</i> ).....	164
2.1.1. Lei penal inconstitucional benéfica .....	164
2.2. Confronto com a edição de lei penal prejudicial ( <i>novatio legis in pejus</i> ).....	165
3. Lei penal benéfica em <i>vacatio legis</i> .....	166
4. Combinação de leis penais e lei penal intermediária .....	168
4.1. Lei publicada com erros .....	170
4.2. Lei penal corretiva ou interpretativa.....	170
4.3. A combinação de leis penais no contexto da delação premiada .....	171
5. Competência para aplicação da lei penal benéfica.....	172
5.1. Competência para aplicação de interpretação mais benéfica de lei penal.....	172
6. Crime permanente e lei penal prejudicial ao réu .....	173
7. Crime continuado e lei penal prejudicial ao réu .....	174
8. Retroatividade da lei processual penal benéfica.....	174
9. Leis intermitentes .....	175
9.1. Conceito .....	175
9.2. Extensão e eficácia.....	176
Resumo do capítulo .....	178
Esquemas .....	179

<b>CAPÍTULO IX – Tempo e Lugar do Crime</b> .....	183
1. Tempo do crime.....	183
2. Alcance da teoria da atividade.....	184
3. O tempo do crime nas infrações penais permanentes e continuadas .....	184
4. Teorias sobre o lugar do crime.....	185
5. Conflito aparente entre o art. 6.º do Código Penal e o art. 70 do Código de Processo Penal.....	185
6. Lugar do crime nas infrações penais permanentes e continuadas.....	187
Resumo do capítulo .....	187
<b>CAPÍTULO X – Aplicação da Lei Penal no Espaço</b> .....	189
1. Territorialidade e extraterritorialidade.....	189
2. Regras para a aplicação da lei penal no espaço .....	189
3. Conceito de território e seus elementos .....	190
3.1. Rios, lagos e mares fronteiriços e sucessivos .....	190
3.2. Espaço aéreo.....	190
3.2.1. Correção da parte final do § 1.º do art. 5.º do Código Penal.....	191
3.3. Mar territorial brasileiro.....	191
4. Território brasileiro por equiparação.....	192
4.1. Competência para o julgamento de crimes cometidos a bordo de embarcações e aeronaves.....	192
4.2. A lei penal e a Convenção de Tóquio .....	193
4.3. Crime cometido em lugar não pertencente a qualquer país.....	194
5. Critérios para a extraterritorialidade .....	194
5.1. Hipóteses de extraterritorialidade condicionada.....	194
5.2. Princípios regentes da extraterritorialidade.....	194
5.3. Crítica à extraterritorialidade incondicionada.....	195
6. Extradicação.....	197
6.1. Conceito, espécies e fonte legislativa .....	197
6.2. Requisitos para a concessão .....	197
6.3. Diferenças em face de repatriação, deportação e expulsão.....	202
6.3.1. Diferenças em face de transferência de execução da pena e transferência de pessoa condenada.....	203
6.4. Importância da extradicação .....	204
6.5. Tribunal Penal Internacional .....	204
6.5.1. Introdução.....	204
6.5.2. Competência do Tribunal Penal Internacional .....	205
6.5.3. Dos crimes previstos no Estatuto de Roma .....	206
6.5.4. Dos direitos e garantias humanas fundamentais.....	210
6.5.5. Conclusão.....	211
7. Pena cumprida no estrangeiro, tentativa de amenizar a não aplicação do princípio <i>ne bis in idem</i> e não recepção parcial do art. 8.º do Código Penal .....	212



8.	Outras exceções à regra da territorialidade .....	213
8.1.	Tratados e convenções .....	213
8.2.	Regras de direito internacional.....	214
8.3.	Imunidades diplomáticas .....	214
8.3.1.	Abrangência, extensão e exclusão da imunidade .....	214
8.3.2.	Características das imunidades diplomáticas .....	215
8.4.	Imunidades consulares .....	216
8.5.	Possibilidade de renúncia.....	217
8.6.	Imunidades parlamentares.....	218
8.6.1.	Imunidade substantiva.....	218
8.6.2.	Natureza jurídica da imunidade substantiva .....	218
8.6.3.	Características da imunidade substantiva.....	219
8.6.4.	Imunidade processual.....	221
8.7.	Outras imunidades e foros privilegiados .....	222
8.7.1.	Deputados estaduais .....	222
8.7.2.	Vereadores .....	222
8.7.3.	Advogados.....	223
8.7.4.	Prefeitos .....	223
	Resumo do capítulo .....	224
	Esquema.....	226
	<b>CAPÍTULO XI – Eficácia de Sentença Estrangeira .....</b>	<b>227</b>
1.	Homologação de sentença estrangeira e soberania nacional.....	227
2.	Hipóteses para a homologação .....	228
2.1.	Reparação civil do dano causado à vítima .....	228
2.2.	Aplicação de medida de segurança .....	228
2.3.	Hipótese prevista na Lei de Lavagem de Dinheiro .....	228
3.	Efeitos da sentença condenatória estrangeira que independem de homologação.....	229
	Resumo do capítulo .....	229
	<b>CAPÍTULO XII – Contagem de Prazo e Frações da Pena .....</b>	<b>231</b>
1.	Prazos penais e processuais penais.....	231
2.	O calendário comum como parâmetro para a contagem do prazo .....	231
3.	Frações não computáveis da pena .....	232
	Resumo do capítulo .....	232
	Esquema .....	233
	<b>CAPÍTULO XIII – Conflito Aparente de Normas .....</b>	<b>235</b>
1.	Conceito.....	235
1.1.	Diferença entre concurso formal e concurso aparente de normas....	236
2.	CrITÉrio da sucessividade.....	236

3. Critério da especialidade .....	236
4. Critério da subsidiariedade (tipo de reserva) .....	238
5. Critério da absorção (ou consunção).....	239
6. Critério da alternatividade .....	239
Resumo do capítulo .....	241
Esquemas .....	241
<b>CAPÍTULO XIV – Teoria do Crime .....</b>	<b>245</b>
1. Conceito de crime .....	245
1.1. Conceito material .....	245
1.2. Conceito formal.....	246
1.3. Conceito analítico .....	247
1.3.1. Teoria nacional bipartida do fato típico e antijurídico, tendo a culpabilidade como pressuposto de aplicação da pena ....	252
2. Princípios elementares do crime .....	256
2.1. Causalismo .....	257
2.2. Neokantismo (teoria neoclássica) .....	258
2.3. Finalismo.....	259
2.4. Teoria social da ação .....	261
2.5. Funcionalismo .....	261
2.5.1. Teleológico.....	262
2.5.2. Sistemico.....	265
2.6. Teoria da ação significativa.....	266
2.7. Síntese .....	270
3. Diferença entre crime e contravenção penal .....	272
Resumo do capítulo .....	273
Esquemas .....	275
<b>CAPÍTULO XV – Sujeitos e Objetos do Crime .....</b>	<b>279</b>
1. Sujeito ativo .....	279
1.1. A pessoa jurídica como sujeito ativo de crime .....	280
1.1.1. A responsabilidade penal da pessoa jurídica além da fronteira do crime ambiental.....	282
2. Sujeito passivo.....	284
3. Objetos do crime .....	284
3.1. Objeto material.....	284
3.2. Objeto jurídico.....	285
Resumo do capítulo .....	285
<b>CAPÍTULO XVI – Classificação dos Crimes .....</b>	<b>287</b>
1. Base científica da classificação.....	287
2. A classificação artificial .....	288

3. As classificações mais relevantes .....	288
3.1. Crimes comuns e próprios .....	288
3.1.1. Crimes de mão própria .....	289
3.2. Crimes instantâneos e permanentes .....	290
3.2.1. Os crimes instantâneos de efeitos permanentes (delitos de estado) .....	291
3.3. Crimes comissivos e omissivos (próprios e impróprios) .....	292
3.4. Crimes de atividade e de resultado (materiais, formais, mera conduta e exauridos) .....	293
3.5. Crimes de dano e de perigo .....	293
3.6. Crimes unissubjetivos e plurissubjetivos .....	297
3.7. Crimes simples e complexos .....	297
3.8. Crimes progressivos e progressão criminosa .....	298
3.9. Crime habitual .....	299
3.10. Crimes unissubsistentes e plurissubsistentes .....	300
3.11. Crimes de forma livre e de forma vinculada .....	300
3.12. Crimes vagos (multivitimários ou de vítimas difusas) .....	300
3.13. Crimes remetidos .....	301
3.14. Crimes condicionados .....	301
3.15. Crimes de atentado (ou de empreendimento) .....	301
3.16. Crimes militares próprios e impróprios .....	301
3.17. Crimes comuns e políticos .....	302
Resumo do capítulo .....	302

## **CAPÍTULO XVII – Tipo e Tipicidade**..... 305

1. Primeiras considerações .....	305
2. Conceito de tipo penal e sua estrutura .....	306
2.1. Elementos do tipo penal incriminador .....	307
2.2. Classificação do tipo .....	309
2.2.1. Tipo fechado e aberto .....	309
2.2.2. Tipo objetivo e subjetivo .....	309
2.2.3. Tipo básico e derivado .....	310
2.2.4. Tipo simples e misto .....	310
2.2.5. Tipo de injusto (ou tipo-total de injusto) .....	311
2.2.6. Tipo indiciário .....	311
2.2.7. Tipo permissivo .....	312
2.2.8. Tipo formal e material .....	312
2.2.9. Tipo conglobante .....	316
2.2.10. Tipo congruente e incongruente .....	316
2.2.11. Tipo normal e anormal .....	317
2.2.12. Tipo de tendência interna subjetiva transcendente .....	317

2.2.13. Tipo remetido .....	317
2.2.14. Tipo de ação .....	317
2.3. Tipicidade .....	318
2.3.1. Tipicidade, antinormatividade e antijuridicidade.....	318
3. Excludentes de tipicidade.....	319
3.1. Princípio da adequação social .....	320
3.1.1. Lesões na prática de esportes.....	320
3.2. Princípio da insignificância .....	320
3.2.1. Antecedentes do agente .....	320
3.2.2. Violência doméstica.....	321
Resumo do capítulo .....	321
<b>CAPÍTULO XVIII – Conduta e Resultado .....</b>	<b>323</b>
1. Conceito de conduta .....	323
2. Elementos da conduta.....	325
2.1. Enfoque particular da hipnose .....	327
2.2. Enfoque particular da omissão.....	329
2.3. Ações em curto-circuito e gestos habituais ou mecânicos.....	329
3. Conceito de resultado .....	330
Resumo do capítulo .....	331
<b>CAPÍTULO XIX – Elementos Subjetivos do Crime: Dolo e Culpa .....</b>	<b>333</b>
1. Conceito de dolo.....	333
2. Distinção entre dolo genérico e dolo específico.....	335
3. Características do dolo .....	335
4. Conceito de dolo direto .....	336
4.1. Dolo direto de primeiro grau e dolo direto de segundo grau.....	336
5. Conceito de dolo indireto ou eventual .....	337
5.1. Dolo eventual nos graves delitos de trânsito .....	338
6. Exigibilidade do dolo direto e do dolo eventual.....	338
6.1. Sobre a aplicação da pena.....	340
7. Outras classificações do dolo .....	340
7.1. Dolo alternativo.....	340
7.2. Dolo cumulativo.....	341
7.3. Dolo antecedente.....	341
7.4. Dolo subsequente .....	342
7.5. Dolo geral .....	342
8. Conceito de culpa.....	343
8.1. Culpa e tipicidade.....	344
9. Distinção entre culpa inconsciente e consciente.....	344
10. Elementos da culpa .....	345
10.1. Princípio da confiança.....	347

11. Situações peculiares no campo da culpa .....	348
11.1. Culpa presumida .....	348
11.2. Graus de culpa .....	348
11.3. Compensação de culpas .....	349
11.4. Concorrência de culpas .....	349
11.5. Culpa imprópria .....	350
12. Espécies de culpa .....	350
12.1. Imprudência.....	350
12.1.1. Sucessão de imprudências.....	351
12.2. Negligência.....	351
12.3. Imperícia.....	351
12.3.1. Distinção entre imperícia e erro profissional .....	352
13. Diferença entre culpa consciente e dolo eventual .....	352
Resumo do capítulo .....	354
Esquemas .....	357
<b>CAPÍTULO XX – Nexo Causal</b> .....	<b>361</b>
1. Conceito de nexo causal .....	361
1.1. Causa.....	361
1.2. Resultado.....	362
2. Teorias do nexo causal.....	363
2.1. Equivalência dos antecedentes .....	363
2.2. Causalidade adequada .....	363
2.3. Imputação objetiva.....	364
2.3.1. Avaliação da imputação objetiva por meio de exemplos ....	366
2.3.2. Crítica à teoria da imputação objetiva.....	369
2.3.2.1. Crítica à teoria da equivalência dos antecedentes por meio de um exemplo .....	371
2.3.2.2. Críticas às teorias da equivalência dos anteceden- tes e da causalidade adequada.....	372
3. Causas independentes e relativamente independentes.....	373
3.1. Concausas e seus efeitos .....	374
4. Relação de causalidade nos crimes omissivos próprios e omissivos impróprios.....	375
4.1. Natureza jurídica da omissão própria.....	376
4.2. Natureza jurídica da omissão imprópria e significado da expressão <i>penalmente relevante</i> .....	376
4.2.1. A expressão podia agir.....	377
4.3. Dever de agir advindo de lei .....	377
4.4. Dever de agir de quem assumiu a responsabilidade de evitar o resultado.....	378
4.5. Dever de agir por ter gerado o risco .....	378

4.6. Questões controversas no cenário do nexa causal.....	378
4.6.1. Omissão de socorro quanto ao agressor.....	378
4.6.2. Relação de garantia entre pais e filhos maiores.....	379
4.6.3. Relação de garantia em relacionamentos diversos.....	379
4.6.4. Concorrência de ações em homicídio.....	380
4.6.5. O surgimento de novas causas geradoras do dever de garante.....	380
Resumo do capítulo.....	381
Esquemas.....	384
<b>CAPÍTULO XXI – Crimes Qualificados pelo Resultado.....</b>	<b>389</b>
1. Conceito.....	389
2. Distinção entre crime qualificado pelo resultado e delito preterdoloso.....	390
3. Exigência do elemento subjetivo no resultado qualificador.....	391
4. Classificação dos crimes qualificados pelo resultado.....	391
Resumo do capítulo.....	393
<b>CAPÍTULO XXII – Ilicitude.....</b>	<b>395</b>
1. Conceito de ilicitude (antijuridicidade).....	395
1.1. Terminologia.....	395
1.2. Ilicitude formal e material.....	396
2. Excludentes de ilicitude.....	397
3. Elemento subjetivo nas excludentes.....	399
4. Estado de necessidade.....	402
4.1. Conceito e fundamento.....	402
4.2. Espécies de estado de necessidade.....	402
4.2.1. Estado de necessidade justificante e exculpante.....	402
4.2.2. Estado de necessidade agressivo e defensivo.....	404
4.3. Requisitos do estado de necessidade.....	405
4.3.1. Existência de perigo atual.....	405
4.3.2. Involuntariedade na geração do perigo.....	405
4.3.3. Inevitabilidade do perigo e inevitabilidade da lesão.....	407
4.3.4. Proteção a direito próprio ou de terceiro.....	407
4.3.5. Proporcionalidade do sacrifício do bem ameaçado.....	408
4.3.5.1. A recusa de transfusão de sangue por testemunhas de Jeová.....	408
4.3.5.2. A recusa da transfusão de sangue em crianças e adolescentes provocada pelos pais ou representante legal.....	409
4.3.6. Dever legal de enfrentar o perigo.....	410
4.4. Causa de diminuição de pena.....	410
4.5. Indispensabilidade da prova.....	410

5.	Legítima defesa .....	411
5.1.	Conceito e fundamento .....	411
5.2.	Elementos da legítima defesa.....	412
5.2.1.	Conceito de agressão.....	412
5.2.1.1.	Cautela na verificação das posições de agressor e vítima .....	413
5.2.2.	Injustiça da agressão .....	414
5.2.3.	Atualidade ou iminência da agressão .....	414
5.2.3.1.	Legítima defesa presumida .....	415
5.2.4.	Agressão contra direito próprio ou de terceiros.....	415
5.2.4.1.	Legítima defesa de terceiro e consentimento do agredido.....	416
5.2.5.	Utilização dos meios necessários para a reação .....	417
5.2.6.	Moderação da reação .....	418
5.2.7.	Proporcionalidade na legítima defesa.....	419
5.2.7.1.	Ofendículos.....	419
5.2.7.1.1.	Conceito e natureza jurídica.....	419
5.2.7.1.2.	Critérios para a sua utilização .....	420
5.2.7.1.3.	Uso de animais .....	422
5.2.7.1.4.	Exemplos de ofendículos .....	423
5.3.	Outras questões polêmicas envolvendo a legítima defesa .....	424
5.3.1.	Legítima defesa da honra .....	424
5.3.1.1.	Legítima defesa da honra no contexto do adultério .....	425
5.3.2.	Legítima defesa da honra <i>versus</i> legítima defesa efetiva: a tragédia da Piedade (o assassinato de Euclides da Cunha) ...	428
5.3.3.	Legítima defesa contra legítima defesa (legítima defesa recíproca) ou contra qualquer outra excludente de ilicitude.....	432
5.3.4.	Legítima defesa contra pessoa jurídica.....	432
5.3.5.	Legítima defesa contra agressão de inimputáveis .....	433
5.3.6.	Legítima defesa sucessiva .....	433
5.3.7.	Legítima defesa contra multidão .....	434
5.3.8.	Legítima defesa contra provocação.....	434
5.3.9.	Legítima defesa nas relações familiares .....	434
5.3.10.	Legítima defesa por omissão.....	435
5.3.11.	Legítima defesa praticada por inimputáveis .....	436
5.3.12.	Legítima defesa da comunidade .....	436
5.3.13.	Legítima defesa contra animais .....	437
5.3.13.1.	Legítima defesa em prol de animais .....	437
5.3.14.	Legítima defesa contra atos preparatórios .....	437
5.3.15.	Legítima defesa contra crime impossível .....	437
5.3.16.	Legítima defesa putativa e pretexto de legítima defesa .....	438

5.3.17. Legítima defesa contra autoridades e agentes policiais .....	438
5.3.18. Legítima defesa em favor de réfm .....	439
6. Estrito cumprimento do dever legal .....	439
6.1. Conceito e fundamento .....	439
6.2. Situações específicas de cumprimento do dever legal .....	440
7. Exercício regular de direito .....	440
7.1. Conceito e fundamento .....	440
7.1.1. Diferenças entre o estrito cumprimento do dever legal e exercício regular de direito .....	441
7.2. Situações específicas de exercício regular de direito .....	441
7.2.1. Utilização de cadáver por faculdade de medicina .....	442
7.3. Hipóteses polêmicas no contexto do exercício regular de direito .....	442
7.3.1. O estupro da esposa praticado pelo marido .....	442
7.3.2. O trote acadêmico ou militar .....	443
7.3.3. Os castigos dos pais e dos professores .....	443
7.3.3.1. Correção disciplinar de filho alheio .....	443
7.3.4. As lesões praticadas no esporte .....	443
8. Consentimento do ofendido .....	444
8.1. Conceito e fundamento .....	444
8.1.1. Consentimento do ofendido e tipicidade .....	446
8.2. Requisitos da excludente do consentimento do ofendido .....	448
9. Excessos no contexto das excludentes .....	449
9.1. Excesso doloso .....	450
9.2. Excesso culposo .....	450
9.3. Excesso exculpante .....	450
9.4. Excesso acidental .....	451
9.5. Excessos intensivo e extensivo .....	451
Resumo do capítulo .....	452
Esquema .....	453
<b>CAPÍTULO XXIII – Culpabilidade</b> .....	455
1. Conceito e fundamento .....	455
1.1. Culpabilidade formal e material .....	456
1.2. Coculpabilidade .....	456
1.3. Tipo positivo e negativo de culpabilidade .....	457
1.4. Culpabilidade do fato e do autor .....	457
2. Teorias da culpabilidade .....	459
2.1. Psicológica (causalista) .....	459
2.2. Psicológico-normativa (neokantista ou clássica) .....	460
2.3. Normativa pura (finalista) .....	460
2.4. Funcionalista .....	461
2.5. Significativismo .....	462
2.6. Síntese .....	464



3.	Excludentes de culpabilidade.....	466
3.1.	Excludentes concernentes ao agente do fato.....	466
3.1.1.	Imputabilidade penal.....	466
3.1.2.	Doença mental e desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	466
3.1.2.1.	Conceito de doença mental.....	467
3.1.2.2.	Conceito de desenvolvimento mental incompleto ou retardado.....	468
3.1.2.3.	A questão do indígena.....	469
3.1.2.4.	Doenças da vontade e personalidades antissociais.....	469
3.1.2.5.	Importância da perícia médica.....	470
3.1.2.6.	Natureza jurídica da decisão absolutória imprópria.....	471
3.1.2.7.	Conceito de perturbação da saúde mental.....	471
3.1.2.8.	Critério para a diminuição da pena e isenção de pena.....	471
3.1.3.	A verificação de inimputabilidade penal e o princípio processual da prevalência do interesse do réu ( <i>in dubio pro reo</i> ).....	471
3.1.4.	Embriaguez decorrente de vício.....	472
3.1.5.	Menoridade.....	473
3.1.5.1.	Início da maioridade penal aos 18 anos.....	474
3.1.5.2.	Inimputabilidade e crime permanente.....	474
3.2.	Excludentes concernentes ao fato.....	475
3.2.1.	Coação moral irresistível.....	475
3.2.1.1.	Elementos da coação moral irresistível.....	475
3.2.1.2.	Existência de apenas duas pessoas no âmbito da coação moral irresistível.....	477
3.2.2.	Elementos da obediência hierárquica.....	477
3.2.2.1.	Análise da legalidade da ordem.....	478
3.2.2.2.	Punição do coator ou do autor da ordem.....	479
3.2.3.	Embriaguez decorrente de caso fortuito ou força maior.....	479
3.2.3.1.	Embriaguez voluntária ou culposa.....	479
3.2.3.2.	Embriaguez voluntária e legítima defesa putativa.....	480
3.2.3.3.	A teoria da <i>actio libera in causa</i> .....	481
3.2.3.4.	<i>Actio libera in causa</i> e consentimento do ofendido.....	483
3.2.3.5.	Caso fortuito ou força maior.....	484
3.2.3.6.	Embriaguez incompleta fortuita.....	484
3.2.4.	Inexigibilidade de conduta diversa.....	484
4.	Emoção e paixão.....	486
4.1.	Emoção.....	486
4.1.1.	Espécies de emoções.....	487
4.2.	Paixão.....	487
	Resumo do capítulo.....	487

<b>CAPÍTULO XXIV – Erro de Tipo e Erro de Proibição .....</b>	<b>491</b>
1. Erro e ignorância .....	491
2. Erro de tipo .....	491
2.1. Elemento constitutivo do tipo .....	493
2.2. Permissão para punição por crime culposo.....	493
2.3. Erro escusável e inescusável.....	494
2.4. Erro essencial e acidental .....	494
2.5. Erro quanto à pessoa.....	495
2.6. Erro determinado por terceiro .....	495
3. Erro de proibição .....	495
3.1. Diferença entre desconhecimento da lei e erro quanto à ilicitude ...	496
3.2. Erro de proibição escusável e inescusável .....	496
3.2.1. Critérios para identificar o erro inescusável ou evitável .....	497
3.3. Diferença entre crime putativo e erro de proibição .....	497
3.4. Conceito de discriminantes putativas.....	497
3.4.1. Divisão das discriminantes putativas.....	498
3.4.2. Natureza jurídica das discriminantes putativas.....	498
Resumo do capítulo .....	499
Esquemas .....	501
 <b>CAPÍTULO XXV – Crime Consumado e Tentativa .....</b>	 <b>505</b>
1. Crime consumado .....	505
2. Tentativa.....	505
2.1. Conceito de crime tentado.....	505
2.1.1. Significado da expressão “salvo disposição em contrário”...	506
2.1.2. Tentativa qualificada .....	506
2.2. Natureza jurídica da tentativa.....	506
2.3. Teorias fundamentadoras da punição da tentativa .....	507
2.4. Dolo e culpa na tentativa.....	508
2.5. Conceito e divisão do <i>iter criminis</i> .....	508
2.6. Os critérios para a verificação da passagem da preparação para a execução do crime.....	509
2.7. Tentativa e dolo eventual.....	512
2.8. Tentativa e crime de ímpeto.....	515
2.9. Infrações que não admitem a tentativa .....	516
2.10. Critério para a diminuição da pena na tentativa.....	518
2.11. Distinção entre tentativa perfeita e imperfeita .....	519
2.12. Diferença entre crime falho e tentativa falha.....	519
3. Desistência voluntária.....	519
3.1. Conceito e natureza jurídica .....	519
3.2. Desistência momentânea .....	521
3.3. A questão da execução retomada.....	521

4.	Arrependimento eficaz .....	522
4.1.	Conceito e natureza jurídica .....	522
4.2.	Distinção entre voluntariedade e espontaneidade .....	523
4.3.	Diferença entre desistência ou arrependimento e tentativa .....	523
5.	Arrependimento posterior .....	523
5.1.	Conceito e natureza jurídica .....	523
5.2.	Requisitos para a aplicação .....	523
5.2.1.	Violência culposa, presumida e imprópria .....	524
5.2.2.	A indevida reparação .....	525
5.2.3.	Necessidade de efeito patrimonial .....	525
5.2.3.1.	A reparação do dano moral .....	526
5.2.4.	Negativa da vítima em receber a indenização ou a coisa .....	526
5.2.5.	Voluntariedade e espontaneidade .....	527
5.2.6.	Critérios para a diminuição .....	527
5.2.7.	Análises das Súmulas 554 e 246 do STF .....	528
5.2.8.	Incomunicabilidade da causa de diminuição da pena no concurso de pessoas .....	528
6.	Crime impossível .....	529
6.1.	Conceito e natureza jurídica .....	529
6.2.	Fundamento da não punição do crime impossível .....	529
6.3.	Diferença entre tentativa inidônea e erro de tipo .....	530
6.4.	Diferença entre crime impossível e crime putativo .....	530
6.5.	Requisitos essenciais para o reconhecimento do crime impossível..	530
6.5.1.	Ineficácia absoluta do meio .....	530
6.5.2.	Absoluta impropriedade do objeto .....	530
6.5.3.	Momento de avaliação da idoneidade do meio ou do objeto .....	531
6.6.	Flagrante provocado ou preparado .....	531
6.7.	Flagrante esperado .....	532
6.8.	Questões polêmicas .....	532
6.8.1.	Furto sob vigilância .....	532
6.8.2.	Tiros em carro blindado .....	533
	Resumo do capítulo .....	533
	Esquemas .....	536
	<b>CAPÍTULO XXVI – Concurso de Pessoas</b> .....	539
1.	Conceito e natureza jurídica .....	539
2.	Teorias acerca da autoria no concurso de pessoas .....	540
2.1.	Autoria mediata e Autoria imediata .....	541
2.2.	Teoria do domínio do fato .....	542
3.	A punição do partícipe .....	542
4.	Concurso de agentes e crime plurissubjetivo .....	543

5. Requisitos para configurar o concurso de agentes.....	543
6. Inovações introduzidas pela Reforma Penal de 1984 .....	544
6.1. Inserção da expressão na medida da sua culpabilidade no <i>caput</i> do art. 29 .....	544
6.2. Participação de menor importância .....	545
6.3. Participação em crime menos grave (cooperação dolosamente distinta) .....	545
6.3.1. A previsibilidade do resultado mais grave .....	546
7. Concurso entre maior e menor de 18 anos.....	546
8. Coautoria e participação em crime culposo .....	546
9. Autoria colateral .....	548
9.1. Autoria incerta.....	548
10. Coautoria e participação nos crimes omissivos .....	549
10.1. Participação por omissão em crime comissivo .....	550
10.2. Conivência.....	550
11. Participação posterior à consumação .....	550
11.1. Coautoria sucessiva.....	552
12. Participação e cumplicidade .....	552
12.1. Participação em cadeia .....	553
13. Executor de reserva .....	553
14. Participação em <i>ação</i> dolosa ou culposa alheia.....	554
15. Circunstâncias comunicáveis .....	554
15.1. Circunstâncias e condições de caráter objetivo.....	555
15.2. Elementares do crime .....	555
16. A polêmica relativa ao concurso de pessoas no infanticídio.....	555
17. Casos de impunibilidade .....	557
Resumo do capítulo .....	558

## **CAPÍTULO XXVII – Teoria Geral da Pena.....** 561

1. Conceito de pena .....	561
2. Fundamentos da pena.....	563
2.1. Sistemas celulares de cumprimento da pena .....	563
3. Teorias acerca do crime e da punição .....	563
3.1. Abolicionismo penal.....	563
3.2. Direito penal mínimo .....	567
3.3. Direito penal máximo (tolerância zero) e teoria das janelas quebradas.....	568
3.4. Garantismo penal.....	571
4. Direito penal do inimigo .....	572
4.1. Prós e contras do direito penal do inimigo.....	574
5. Justiça retributiva <i>versus</i> justiça restaurativa .....	575

6. Cominação das penas .....	577
7. Princípios aplicáveis à pena.....	578
8. Espécies de penas.....	578
Resumo do capítulo .....	579
<b>CAPÍTULO XXVIII – Penas Privativas de Liberdade.....</b>	<b>581</b>
1. Modelos prisionais .....	581
1.1. Diferenças entre as penas de reclusão, detenção e prisão simples .....	581
2. Regime inicial, fundamentação e progressão no cumprimento da pena .....	582
2.1. Utilização do art. 59 do Código Penal para a fixação do regime de cumprimento da pena.....	583
2.2. Imprescindibilidade do regime inicial fechado.....	584
2.3. Requisitos para a progressão de regime .....	584
2.3.1. Merecimento e exame criminológico .....	585
2.4. Execução das penas resultantes de crimes hediondos e comuns.....	589
2.5. Critérios para a regressão a regime mais rigoroso.....	590
2.5.1. Falta grave e prescrição.....	591
2.5.2. Adaptação do regime e regressão .....	591
2.5.3. Sustação cautelar do regime semiaberto ou aberto.....	592
2.5.4. A questão da falta grave.....	592
2.5.4.1. Relação entre falta grave e crime.....	593
2.5.4.2. Falta grave e previsão legal.....	593
2.6. A (in)viabilidade da progressão <i>por salto</i> .....	594
2.7. Cumprimento das penas mais graves em primeiro lugar .....	594
2.8. Exigência da reparação do dano ou devolução do produto do ilícito para a progressão de regime.....	595
2.9. Inviabilidade de alteração do regime inicial fixado na condenação pelo juiz da execução .....	596
2.10. Permissão legal para o juiz da condenação fixar o regime inicial em função da detração .....	596
3. Regime fechado.....	597
3.1. Local de cumprimento da pena no regime fechado .....	597
3.2. Regime fechado e gravidade do crime.....	598
3.3. A aplicação do regime fechado à pena de detenção .....	599
3.4. Escolha do regime em caso de aplicação concomitante de reclusão e detenção.....	599
3.5. Pena fixada no mínimo e regime prisional mais severo.....	599
3.6. Regime disciplinar diferenciado.....	600
3.6.1. A constitucionalidade do regime disciplinar diferenciado .....	602
3.7. O trabalho externo do sentenciado.....	603
3.8. Permissão de saída .....	604
3.9. Cômputo da pena em dobro em decorrência de situação degradante .....	604

4.	Regime semiaberto.....	608
4.1.	Local de cumprimento da pena no regime semiaberto.....	608
4.2.	Saídas temporárias e trabalho externo .....	608
4.3.	Situação do índio.....	609
4.4.	Falta de vagas no regime semiaberto .....	610
4.4.1.	Regime inicial semiaberto e falta de vagas em colônia .....	610
4.4.2.	Progressão para o semiaberto e falta de vagas na colônia....	610
4.5.	A questão do estrangeiro.....	611
5.	Regime aberto .....	612
5.1.	Local de cumprimento da pena no regime aberto.....	612
5.2.	A fixação do regime aberto na sentença condenatória .....	613
5.3.	Regime aberto e crime militar .....	613
5.4.	Condições para o regime aberto .....	613
5.5.	Hipóteses de regressão do aberto a regime mais rigoroso .....	614
6.	Direitos do preso .....	615
6.1.	Direitos constitucionais e gerais.....	615
6.2.	Direito à visita íntima .....	615
6.3.	Direito de cumprir a pena no local do seu domicílio e inclusão em presídio federal .....	616
6.4.	Direito do preso à execução provisória da pena .....	616
6.4.1.	Execução provisória e prisão especial.....	618
7.	Trabalho do preso.....	619
7.1.	Distinção entre trabalho forçado e obrigatório.....	619
7.2.	Trabalho do preso e remição.....	619
7.2.1.	Perda dos dias remidos e falta grave .....	620
7.2.2.	Inexistência de oportunidade de trabalho e preso provisório .....	620
7.2.3.	Remição pelo estudo .....	621
7.3.	Preso provisório e remição.....	622
7.4.	Benefícios previdenciários .....	623
8.	Superveniência de doença mental.....	624
9.	Detração.....	625
9.1.	Conceito .....	625
9.2.	Cômputo da prisão provisória na medida de segurança.....	625
9.3.	Ligação entre a prisão provisória e a pena concreta para aplicar a detração .....	626
9.4.	Detração e pena de multa.....	626
9.5.	Detração e determinação do regime inicial da pena .....	627
9.6.	Detração e suspensão condicional da pena .....	628
9.7.	Detração e medidas cautelares alternativas à prisão.....	628
	Resumo do capítulo .....	628

<b>CAPÍTULO XXIX – Penas Restritivas de Direitos .....</b>	<b>633</b>
1. Conceito e natureza jurídica das penas restritivas de direitos.....	633
2. Espécies de penas restritivas de direitos.....	634
3. Requisitos objetivos para a concessão das penas restritivas de direitos.....	634
3.1. Delação premiada.....	636
3.2. Crimes hediondos e equiparados.....	636
3.3. Violência doméstica ou familiar.....	636
3.4. Reincidência em crime doloso .....	637
4. Requisitos subjetivos à concessão das penas alternativas .....	637
4.1. Concessão da pena alternativa para estrangeiro .....	638
5. Conversão durante o cumprimento da pena .....	638
5.1. Composição com o disposto no art. 60, § 2.º, do Código Penal .....	638
6. Reconversão da pena restritiva de direitos em privativa de liberdade .....	640
6.1. Saldo da pena privativa de liberdade após a reconversão .....	641
6.2. Reconversão facultativa por condenação a pena privativa de liberdade.....	641
6.3. Reconversão fundada em lei e não em desejo do condenado .....	642
7. Particularidades quanto ao cumprimento das penas restritivas de direitos ...	642
7.1. Prestação pecuniária.....	642
7.1.1. Hipótese de despenalização .....	643
7.1.2. Prestação de outra natureza .....	643
7.1.3. Competência para aplicação da prestação de outra natureza .....	644
7.2. Perda de bens e valores.....	645
7.3. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.....	645
7.4. Interdição temporária de direitos.....	647
7.4.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo, profissão, atividade ou ofício dependentes de autorização ou regulamentação do poder público, embora na esfera privada .....	647
7.4.2. Proibição de dirigir .....	648
7.4.3. Proibição de frequentar lugares.....	648
7.4.4. Proibição de se inscrever em certames públicos .....	649
7.5. Limitação de fim de semana .....	649
Resumo do capítulo .....	649
<b>CAPÍTULO XXX – Pena Pecuniária.....</b>	<b>651</b>
1. Conceito e destinação da multa.....	651
2. Critério para a individualização da pena de multa .....	652
2.1. Exceções ao critério do dia-multa.....	653
3. Inviabilidade de suportar o pagamento da pena de multa ou das custas.....	653
4. Constitucionalidade da fixação do valor do dia-multa em salário mínimo...	654

5.	Constitucionalidade da atualização monetária da multa .....	654
5.1.	Termo inicial de incidência da correção monetária .....	655
6.	Multa como dívida de valor .....	655
6.1.	A competência judiciária para a execução da pena pecuniária .....	655
6.2.	A extinção da punibilidade da pena de multa enviando-se certidão de dívida ativa para a esfera cível .....	657
6.3.	Multa irrisória.....	658
6.4.	Condenado preso e cobrança da multa .....	658
6.5.	<i>Habeas corpus</i> e pena de multa.....	659
6.6.	Causas interruptivas e suspensivas da prescrição .....	659
	Resumo do capítulo .....	659
<b>CAPÍTULO XXXI – Cominação de Penas.....</b>		<b>661</b>
1.	Conceito de cominação de penas .....	661
2.	Penas privativas de liberdade .....	661
3.	Penas restritivas de direitos.....	662
4.	Multa .....	663
	Resumo do capítulo .....	663
<b>CAPÍTULO XXXII – Aplicação da Pena .....</b>		<b>665</b>
1.	Conceito.....	665
2.	Circunstâncias judiciais.....	667
2.1.	Momentos de ocorrência e de avaliação.....	668
3.	A política da pena mínima.....	668
3.1.	Fixação acima do mínimo legal.....	670
4.	Possibilidade de aplicação da pena máxima .....	670
4.1.	Viabilidade de o Tribunal reavaliar as circunstâncias judiciais.....	672
5.	Culpabilidade .....	672
5.1.	Dolo intenso e culpa grave.....	674
6.	Antecedentes.....	674
6.1.	Maus antecedentes .....	675
6.2.	Caducidade dos maus antecedentes.....	676
6.3.	Maus antecedentes e reincidência .....	676
6.4.	Prova dos antecedentes.....	677
6.5.	Atos infracionais não servem como antecedentes .....	677
7.	Conduta social .....	677
8.	Personalidade.....	679
8.1.	Agressividade e personalidade antissocial .....	681
8.2.	Perversidade.....	682
8.3.	Personalidade voltada ao crime.....	683
8.4.	Momento de avaliação da personalidade.....	683
8.5.	Possibilidade de avaliação da personalidade pelo julgador e críticas levantadas .....	683



9. Motivos do crime.....	687
9.1. Motivo do crime e premeditação .....	688
10. Circunstâncias do crime.....	689
10.1. Espécie de arma e homicídio .....	689
10.2. Gravidade do delito servindo para aumentar a pena-base .....	690
11. Consequências do crime.....	690
11.1. Consequências e crime continuado .....	691
12. Comportamento da vítima.....	691
13. Pena-base.....	693
13.1. Critérios para a fixação da pena-base.....	693
14. Cautela para a não incidência no <i>bis in idem</i> .....	694
15. Limites mínimo e máximo previstos no preceito secundário do tipo penal incriminador .....	694
16. Fixação do regime inicial de cumprimento da pena.....	695
16.1. Fixação do regime sem fundamentação.....	695
16.2. Substituição da pena privativa de liberdade .....	695
16.3. Fixação da pena no mínimo legal prescinde de motivação .....	696
17. Critérios especiais da pena de multa.....	696
17.1. Aumento (e diminuição) da pena de multa .....	696
18. Agravantes e atenuantes.....	696
18.1. Conceito .....	696
18.2. <i>Quantum</i> das agravantes e atenuantes.....	697
19. Diferença entre elementares e circunstâncias.....	697
20. Necessidade de evitar o <i>bis in idem</i> .....	698
21. Rol taxativo para agravantes e exemplificativo para atenuantes .....	698
22. Divisão do rol das agravantes.....	698
23. Reincidência.....	699
23.1. Conceito .....	699
23.2. Reincidência e o princípio constitucional da vedação da dupla punição pelo mesmo fato ( <i>ne bis in idem</i> ) .....	700
23.3. Espécies de reincidência.....	701
23.4. Primariedade e reincidência .....	702
23.5. Cometimento de crime no dia em que transita em julgado a sentença condenatória por crime anterior .....	702
23.6. Prova da reincidência.....	702
23.7. Reincidência e pena de multa.....	702
23.8. Efeitos da reincidência.....	703
23.9. Caducidade da condenação anterior .....	703
23.10. Inclusão dos prazos do <i>sursis</i> e do livramento condicional.....	704
23.11. Crimes militares próprios e impróprios.....	704
<b>23.12. Crimes políticos .....</b>	<b>705</b>
24. As demais agravantes previstas no inciso II do art. 61 do Código Penal.....	705

24.1.	Motivo fútil .....	705
24.1.1.	Motivo fútil e ausência de motivo .....	705
24.1.2.	Motivo fútil e motivo injusto .....	706
24.1.3.	A questão do ciúme.....	706
24.1.4.	Embriaguez e futilidade.....	707
24.2.	Motivo torpe e a particularidade da vingança.....	707
24.3.	Motivação torpe específica.....	708
24.4.	Traição, emboscada, dissimulação ou outro recurso que dificulte ou impossibilite a defesa da vítima.....	709
24.5.	Emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum .....	710
24.6.	Relações familiares.....	711
24.7.	Abuso de autoridade e relações do lar .....	711
24.8.	Abuso de poder e violações de dever.....	712
24.9.	Covardia .....	714
24.10.	Proteção da autoridade.....	717
24.11.	Situação de desgraça particular ou calamidade pública.....	717
24.12.	Embriaguez preordenada .....	717
24.13.	Agravantes previstas em legislação especial .....	718
24.14.	Agravantes no caso de crime cometido por mais de uma pessoa.....	718
25.	Atenuantes.....	720
25.1.	Fixação da pena abaixo do mínimo legal.....	720
25.2.	Menoridade relativa .....	720
25.3.	Desconhecimento da lei .....	722
25.4.	Relevante valor social ou moral.....	723
25.5.	Arrependimento .....	723
25.6.	Coação resistível, obediência indevida e influência de emoção .....	724
25.7.	Confissão espontânea .....	725
25.8.	Influência de multidão, em meio a tumulto .....	727
25.9.	Atenuante inominada .....	727
25.10.	Atenuantes em leis especiais .....	728
26.	Compensação das agravantes e atenuantes.....	728
26.1.	Reincidência <i>versus</i> confissão espontânea .....	730
26.2.	Multirreincidência <i>versus</i> confissão espontânea .....	731
27.	Cálculo da pena .....	731
27.1.	Sistemas para a fixação da pena .....	731
27.2.	Cuidado especial para evitar a dupla agravação pelo mesmo motivo .....	732
27.3.	Conceito de causas de aumento e diminuição.....	732
27.4.	Conceito de qualificadoras e privilégios .....	733
27.5.	Existência de duas ou mais qualificadoras.....	733
27.6.	Compensação entre circunstâncias judiciais e legais.....	734

27.7. Concurso entre causas de aumento e de diminuição .....	734
27.8. Critério para aplicação dos aumentos e das diminuições.....	735
Resumo do capítulo .....	736
Esquemas .....	739
<b>CAPÍTULO XXXIII – Concurso de Crimes.....</b>	<b>747</b>
1. Conceito e critério de análise.....	747
2. Sistemas cabíveis ao concurso de crimes.....	747
2.1. Sistema da acumulação material .....	747
2.2. Sistema da acumulação jurídica .....	748
2.3. Sistema da absorção .....	748
2.4. Sistema da exasperação da pena.....	748
3. Concurso material.....	748
3.1. Critérios para a aplicação da pena .....	749
3.2. Aplicação cumulativa de reclusão e detenção .....	749
3.3. Concurso material moderado.....	750
3.4. Possibilidade de cumulação de pena privativa de liberdade com restritiva de direitos .....	750
3.5. Cumprimento simultâneo ou sucessivo de penas restritivas de direitos.....	750
4. Concurso formal.....	750
4.1. Concurso formal entre tipos omissivos.....	750
4.2. Concurso formal entre roubo e corrupção de menor .....	751
4.3. Grau de aumento da pena .....	751
4.4. Concorrência de concursos.....	751
4.5. Concurso formal perfeito e imperfeito.....	752
4.6. A dúvida e o concurso formal perfeito.....	753
4.7. Concurso material favorável ou benefício .....	753
5. Crime continuado .....	754
5.1. Conceito e aspectos históricos.....	754
5.2. Natureza jurídica .....	755
5.3. Requisitos para o reconhecimento do crime continuado .....	756
5.3.1. Crimes da mesma espécie .....	756
5.3.1.1. Roubo e latrocínio.....	757
5.3.1.2. Estupro e estupro de vulnerável .....	758
5.3.2. Condições de tempo .....	758
5.3.3. Condições de espaço .....	758
5.3.4. Formas de execução .....	759
5.3.5. Outras circunstâncias semelhantes .....	759
5.3.6. Delinquência habitual ou profissional.....	760
5.3.7. Crime habitual continuado .....	760
5.3.8. Critério de dosagem do aumento.....	761

5.3.9.	A unidade de desígnio no crime continuado .....	761
5.3.10.	Crime continuado e delito culposos.....	763
5.3.11.	Crime continuado e inimputabilidade .....	764
5.3.12.	Crimes praticados contra vítimas diferentes, bens pessoais e cálculo específico.....	764
5.3.13.	Ações concomitantes, contemporâneas ou simultâneas .....	764
5.3.13.1.	Envenenamento e crime continuado.....	765
5.3.14.	Espécies de crime continuado .....	765
5.3.15.	Diferença entre crime continuado e delito habitual .....	765
5.3.16.	Diferença entre concurso de crimes e reincidência.....	766
5.3.17.	Crime continuado e suspensão condicional do processo .....	766
5.3.18.	Referências ao art. 70, parágrafo único, e ao art. 75 .....	767
6.	Multa no concurso de crimes.....	768
	Resumo do capítulo .....	768
	Esquemas .....	770
<b>CAPÍTULO XXXIV – Erro na Execução e Resultado Diverso do Pretendido .....</b>		<b>775</b>
1.	Conceito de erro na execução ( <i>aberratio ictus</i> ) .....	775
2.	Espécies de <i>aberratio ictus</i> (art. 73, CP) .....	776
3.	Situações possíveis no caso de erro na execução.....	776
4.	Responsabilidade penal objetiva nas <i>aberratio</i> .....	777
5.	Conceito de resultado diverso do pretendido ( <i>aberratio criminis ou aberratio delicti</i> ).....	777
6.	Situações possíveis no caso de resultado diverso do pretendido .....	778
	Resumo do capítulo .....	779
<b>CAPÍTULO XXXV – Limite de Penas e Unificação .....</b>		<b>781</b>
1.	Fundamento para o limite das penas .....	781
2.	Unificação de penas .....	784
2.1.	Unificação das penas em 40 anos.....	784
2.2.	Unificação das penas e fuga do condenado .....	785
2.3.	Modo de unificação .....	786
3.	Cumprimento da pena mais grave em primeiro lugar .....	786
	Resumo do capítulo .....	787
<b>CAPÍTULO XXXVI – Suspensão Condicional da Pena .....</b>		<b>789</b>
1.	Conceito e aspectos históricos.....	789
2.	Espécies de <i>sursis</i> .....	790
3.	Faculdade do juiz ou direito subjetivo do réu .....	791
3.1.	Violência doméstica .....	791
3.2.	<i>Sursis</i> e concurso de crimes.....	791
3.3.	<i>Sursis</i> e indulto .....	791
3.4.	Processos em andamento .....	792

4.	Requisitos da suspensão condicional da pena.....	792
4.1.	Requisito objetivo.....	792
4.2.	Requisitos subjetivos.....	792
4.2.1.	<i>Sursis</i> e crime hediondo.....	792
4.3.	Requisito objetivo-subjetivo .....	793
5.	Reincidência, multa e <i>sursis</i> .....	793
6.	Circunstâncias especiais não impeditivas à concessão do <i>sursis</i> .....	794
7.	Circunstâncias especiais impeditivas à concessão do <i>sursis</i> .....	794
8.	<i>Sursis</i> etário e humanitário.....	794
9.	Estrangeiros de passagem pelo País e a possibilidade de concessão do <i>sursis</i> .....	794
10.	Regime penitenciário e <i>sursis</i> .....	795
11.	Facultatividade do <i>sursis</i> para o sentenciado .....	796
12.	<i>Sursis</i> e suspensão dos direitos políticos.....	796
13.	Período de prova e escolha das condições.....	797
13.1.	Constitucionalidade das penas restritivas de direitos impostas como condições do <i>sursis</i> .....	797
13.2.	Inviabilidade da condição de prestação de serviços à comunidade .....	797
13.3.	<i>Sursis</i> incondicionado.....	798
13.4.	Duração do cumprimento das condições .....	798
13.5.	Requisitos abertos pela própria lei.....	798
14.	<i>Sursis</i> e <i>habeas corpus</i> .....	799
15.	<i>Sursis</i> e penas alternativas ou multa.....	799
16.	Causas de revogação do <i>sursis</i> .....	799
16.1.	Condenação definitiva por crime doloso.....	799
16.2.	Não pagamento da multa ou falta de reparação do dano .....	799
16.3.	Descumprimento das condições do <i>sursis</i> simples .....	800
16.3.1.	Concessão sem efeito .....	800
16.4.	Descumprimento das condições do <i>sursis</i> especial .....	800
16.5.	Condenação definitiva por crime culposo ou contravenção penal ...	800
16.6.	Prévia audiência do sentenciado .....	800
17.	Prorrogação do período de prova .....	800
18.	Cumprimento de <i>sursis</i> simultâneo.....	801
19.	Prorrogação máxima do período de prova .....	801
20.	Consequências da revogação .....	801
21.	Finalização da suspensão condicional da pena .....	802
	Resumo do capítulo .....	802
	<b>CAPÍTULO XXXVII – Livramento Condicional.....</b>	<b>805</b>
1.	Conceito de livramento condicional, natureza jurídica e aspectos históricos ...	805
2.	Requisitos do livramento condicional e prazo de duração .....	806
3.	Livramento condicional e <i>habeas corpus</i> .....	810

4. O egresso e o livramento condicional para estrangeiro .....	810
5. Livramento condicional cautelar .....	810
6. Soma das penas para efeito de livramento condicional.....	811
7. Condições obrigatórias para o livramento condicional .....	811
7.1. Condições facultativas para o livramento condicional .....	811
8. Revogação do livramento condicional.....	811
9. Efeitos da revogação.....	812
10. Prorrogação e extinção do livramento condicional.....	812
11. Natureza da decisão que considera extinta a pena.....	813
12. Livramento condicional para estrangeiro .....	813
13. Suspensão cautelar do livramento condicional .....	814
14. Prévia oportunidade de defesa.....	814
Resumo do capítulo .....	814
<b>CAPÍTULO XXXVIII – Efeitos da Condenação .....</b>	<b>817</b>
1. Conceito e natureza jurídica dos efeitos da condenação.....	817
2. Efeito genérico de tornar certa a obrigação de reparar o dano .....	819
3. Efeito genérico da perda em favor do Estado dos instrumentos do crime, desde que bens e valores de origem ilícita.....	819
4. Produto e proveito do crime .....	820
4.1. Efeito da contravenção penal.....	820
4.2. Medidas para alcançar o produto e o proveito do crime .....	821
4.3. Efeitos específicos e obrigatórios .....	821
4.4. Confisco de bens lícitos como forma de compensação.....	821
4.5. Apuração de enriquecimento ilícito .....	822
5. Efeito específico da perda de cargo, função pública ou mandato eletivo.....	823
5.1. Imposição de penas alternativas à prisão.....	824
5.2. Perda de emprego público e aposentadoria .....	824
6. Efeito específico da incapacidade para o poder familiar, tutela ou curatela	824
6.1. Alcance da incapacidade para o exercício do poder familiar, tutela ou curatela .....	825
7. Efeito específico da inabilitação para dirigir veículo.....	826
Resumo do capítulo .....	827
<b>CAPÍTULO XXXIX – Reabilitação.....</b>	<b>829</b>
1. Conceito.....	829
2. Crítica ao instituto.....	829
3. Competência e procedimento.....	831
Resumo do capítulo .....	832
<b>CAPÍTULO XL – Medidas de Segurança.....</b>	<b>835</b>
1. Conceito e natureza jurídica .....	835

2. Sistemas de aplicação da pena e da medida de segurança .....	836
3. Concorrência com a Lei 10.216/2001 (Lei de proteção das pessoas portadoras de transtornos mentais) .....	836
4. Pressupostos para a aplicação da medida de segurança.....	837
5. Internação em hospital de custódia e tratamento psiquiátrico .....	839
6. Internação por prazo indeterminado.....	839
7. Culpabilidade e periculosidade .....	840
8. Conversão da pena em medida de segurança no curso da execução .....	841
8.1. Reconversão da medida de segurança em pena .....	842
9. Detração e medida de segurança.....	843
10. Fixação do prazo de duração mínima da medida de segurança .....	843
11. Exame de cessação da periculosidade.....	843
11.1. Procedimento para a realização do exame.....	844
11.2. Assistência de médico particular.....	844
11.3. Imposição de condições .....	844
11.4. Desinternação e liberação .....	844
12. Conversões da internação em tratamento ambulatorial e deste em internação .....	845
13. Conversão da pena aplicada ao semi-imputável .....	846
14. Medida de segurança aplicada em 2. <sup>a</sup> instância .....	846
15. Direito do internado .....	847
Resumo do capítulo .....	847
<b>CAPÍTULO XLI – Ação Penal.....</b>	<b>849</b>
1. Conceito de ação penal.....	849
2. Princípios que regem a ação penal pública incondicionada.....	850
3. Fixação da iniciativa da ação penal.....	850
3.1. Concurso de crimes e ação penal.....	851
4. Ação penal pública condicionada.....	851
5. Ação penal privada.....	851
5.1. Ação privada subsidiária da pública .....	852
6. Ação penal no crime complexo .....	852
7. Irretratibilidade da representação .....	853
8. Decadência .....	853
9. Renúncia ao direito de queixa.....	853
10. Perdão do ofendido .....	853
Resumo do capítulo .....	854
<b>CAPÍTULO XLII – Extinção da Punibilidade .....</b>	<b>855</b>
1. Conceito de extinção da punibilidade .....	855
2. Condições objetivas de punibilidade .....	855
3. Condições negativas de punibilidade (escusas absolutórias) .....	856

3.1.	Diferenças entre as condições objetivas de punibilidade e as condições negativas de punibilidade.....	856
3.2.	Condições de procedibilidade.....	856
4.	Causas gerais e específicas.....	857
5.	Comunicabilidade das causas extintivas da punibilidade.....	857
6.	Momentos de ocorrência.....	857
7.	Rol exemplificativo.....	857
7.1.	Causas de extinção da punibilidade <i>implícitas</i> .....	858
8.	Morte do agente.....	858
8.1.	Morte do agente e interesse recursal.....	858
8.2.	Morte presumida.....	859
8.3.	Certidão de óbito falsa.....	859
9.	Anistia.....	860
10.	Graça ou indulto individual.....	861
11.	Indulto coletivo.....	862
11.1.	Indulto condicional.....	862
11.2.	Indulto facultativo.....	863
11.3.	Indulto coletivo e crimes hediondos e assemelhados.....	863
11.3.1.	Indulto humanitário.....	864
11.4.	Indulto da pena de multa e limite mínimo para inscrição de débito na dívida ativa.....	865
11.5.	Necessidade de apreciação pelo juiz da execução criminal.....	866
11.6.	Indulto inconstitucional.....	866
11.7.	Comutação (indulto parcial) e crime hediondo ou equiparado.....	866
11.8.	Indulto (parcial ou total) e cometimento de falta grave.....	867
12.	<i>Abolitio criminis</i> .....	867
13.	Decadência.....	867
14.	Perempção.....	868
15.	Renúncia e perdão.....	869
16.	Retratação.....	869
17.	Perdão judicial.....	870
17.1.	Natureza jurídica do perdão e da sentença que o concede.....	870
17.2.	Prescrição e perdão judicial.....	871
17.3.	Situações que ensejam o perdão judicial.....	872
17.4.	Independência da causa extintiva da punibilidade.....	872
18.	Prescrição.....	872
18.1.	Conceito e fundamentos.....	872
18.2.	Prazos de prescrição da pretensão punitiva e executória.....	873
18.3.	Espécies de prescrição e seus efeitos.....	873
18.3.1.	Matéria de ordem pública com reconhecimento de ofício pelo magistrado.....	874
18.4.	Prescrição da medida de segurança.....	874



18.5. Prescrição e detração .....	875
18.6. Imprescritibilidade.....	876
18.7. Prescritibilidade no caso de suspensão do processo por citação ficta.....	876
18.8. Natureza dos prazos de prescrição da pretensão punitiva.....	876
18.9. Prescrição antecipada ou virtual .....	877
18.10. Prazos prescricionais das penas restritivas de direitos.....	877
18.11. Sentença e acórdão condenatório.....	877
18.12. Prazos da prescrição da pretensão executória e aumento por conta da reincidência.....	878
18.13. <i>Bis in idem</i> .....	878
18.14. Prescrição intercorrente, subsequente ou superveniente.....	878
18.15. Efeito da interposição de recursos especial e extraordinário .....	879
18.16. Prescrição retroativa .....	879
18.17. Termo inicial da prescrição da pretensão punitiva.....	880
18.17.1. Crimes falimentares .....	880
18.17.2. Início da prescrição nos crimes contra a honra e diferença com decadência .....	881
18.17.3. Início de prescrição na tentativa.....	881
18.17.4. Regra especial para os delitos permanentes.....	881
18.17.5. Prescrição dos crimes habituais.....	881
18.17.6. Estelionato contra a Previdência .....	882
18.17.7. Regra específica para bigamia e falsificação ou alteração de assentamento do registro civil .....	882
18.17.8. Maior proteção a crianças e adolescentes.....	882
18.18. Termo inicial da prescrição da pretensão executória .....	883
18.18.1. <i>Sursis</i> sem efeito.....	883
18.18.2. Interrupção da execução .....	884
18.19. Prescrição da multa.....	884
18.20. Menoridade relativa e senilidade .....	884
18.21. Causas impeditivas ou suspensivas da prescrição da pretensão punitiva.....	885
18.22. Causas interruptivas da prescrição da pretensão punitiva .....	887
18.23. Causas interruptivas da prescrição da pretensão executória.....	889
18.24. Comunicabilidade das causas interruptivas .....	890
18.25. Prescrição das penas mais brandas .....	890
18.26. Concurso de crimes e prescrição .....	890
Resumo do capítulo .....	891
Esquemas .....	894
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	901
<b>Obras do Autor</b> .....	939

GUILHERME DE SOUZA **NUCCI**

# CURSO DE DIREITO PENAL

**PARTE ESPECIAL**

**ARTS. 213 A 361 DO CÓDIGO PENAL**

**VOL. 3**

**7<sup>a</sup>**  
edição

revista e  
atualizada



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 23.12.2022
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2023 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, 11 – Térreo e 6º andar  
Rio de Janeiro – RJ – 20040-040  
www.grupogen.com.br
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

N876c

Nucci, Guilherme de Souza

Curso de direito penal: parte especial: arts. 213 a 361 do código penal / Guilherme de Souza Nucci.  
– 7. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2023.

(Curso de direito penal; 3)

Inclui bibliografia

ISBN 978-65-596-4722-4

1. Direito penal - Brasil. I. Título. II. Série.

22-81328

CDU: 343.2(81)



---

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária - CRB-7/6439

# Sumário

## PARTE 1

### CRIMES CONTRA A DIGNIDADE SEXUAL

<b>Capítulo I – Crimes contra a Liberdade Sexual .....</b>	<b>3</b>
1. Crimes contra a dignidade sexual .....	3
1.1 Instinto sexual.....	5
2. Estupro.....	6
2.1 Crime hediondo .....	6
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador .....	7
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	8
2.3 Estupro como crime único de condutas alternativas.....	8
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	12
2.4 Sujeitos ativo e passivo.....	13
2.5 Elemento subjetivo.....	14
2.6 Particularidades do crime de estupro.....	14
2.6.1 Estupro de prostituta.....	14
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	15
2.6.2 O cônjuge como sujeito ativo.....	16
2.6.3 Dificuldade de prova do estupro cometido pelo cônjuge .....	17
2.6.4 Participação e coautoria .....	18
2.6.5 Autoria mediata.....	18

2.6.6	Concurso de pessoas a distância .....	18
2.6.7	Conjunção carnal .....	18
2.6.8	Ato libidinoso e o beijo lascivo .....	18
2.6.9	Consumação.....	19
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....		19
2.6.10	Estupro por inseminação artificial.....	20
2.6.11	Impotência sexual e estupro.....	20
2.6.12	Violência exercida contra pessoa diversa da vítima.....	20
2.6.13	Violência exercida contra coisa .....	21
2.6.14	(In)justiça da ameaça .....	21
2.6.15	Grau de resistência da vítima.....	22
2.6.16	Duração do dissenso da vítima.....	22
2.6.17	Concurso com o atentado violento ao pudor .....	23
2.6.18	Exame de corpo de delito .....	24
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....		24
2.6.19	Ausência de lesões à vítima.....	25
2.6.20	Condenação por estupro baseada na palavra da vítima.....	25
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....		25
2.6.21	Apoio à vítima de violência sexual.....	26
2.6.22	Declarações de crianças e adolescentes .....	26
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....		27
2.7	Causa de aumento de pena trazida pela Lei dos Crimes Hediondos ...	27
2.8	Estupro e importunação sexual .....	28
2.8.1	Aproveitamento de situação em local apertado ou lotado.....	28
2.9	Distinção entre estupro e constrangimento ilegal.....	28
2.10	Concurso de crimes no contexto do estupro .....	28
2.11	Objetos material e jurídico.....	29
2.12	Classificação.....	29
2.13	Crime qualificado pelo resultado lesão grave.....	29
2.14	Aplicação fiel do art. 19 do Código Penal (dolo e culpa no resultado)...	30
2.15	Qualificadora .....	31
2.16	Crime qualificado pelo resultado morte .....	32
2.17	Quadro-resumo .....	32
3.	Violação sexual mediante fraude.....	33
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	33
3.1.1	Confusão com o art. 217-A e cautela na aplicação do art. 215....	34
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	35
3.3	Elemento subjetivo .....	35
3.4	Objetos material e jurídico.....	35
3.5	Classificação.....	35
3.6	Aplicação da multa.....	36
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....		36
3.7	Quadro-resumo .....	36
4.	Importunação sexual.....	37

4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	37
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	38
4.3	Elemento subjetivo.....	38
4.4	Objetos material e jurídico.....	38
4.5	Classificação.....	38
4.6	Quadro-resumo .....	38
5.	Assédio sexual.....	39
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	39
5.1.1	Sobre o princípio da intervenção mínima .....	42
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	42
5.3	Elemento subjetivo.....	43
5.4	Seriedade da ameaça.....	43
5.5	Injustiça da ameaça .....	43
5.6	Objetos material e jurídico.....	43
5.7	Classificação.....	44
5.8	Particularidades do crime de assédio sexual .....	44
5.8.1	Relação entre docente e aluno .....	44
5.8.2	Relação entre ministro religioso e fiel .....	45
5.8.3	Relação entre patrão e empregada doméstica.....	45
5.8.4	Paixão do agente pela vítima.....	45
5.9	Causas de aumento da pena.....	45
5.10	Veto ao parágrafo único .....	46
5.11	Causa específica de aumento de pena .....	46
5.11.1	Aumento de até um terço.....	47
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	47
5.12	Quadro-resumo .....	47
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	48
	<b>Capítulo I-A – Exposição da Intimidade Sexual</b> .....	51
1.	Registro não autorizado da intimidade sexual .....	51
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	51
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	53
1.3	Elemento subjetivo.....	53
1.4	Objetos material e jurídico.....	53
1.5	Classificação.....	53
1.6	Excludente de ilicitude ou de culpabilidade .....	53
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	54
	<b>Capítulo II – Crimes Sexuais contra Vulnerável</b> .....	55
1.	Estupro de vulnerável.....	55
1.1	Vulnerabilidade .....	55
1.1.1	Crime hediondo.....	56
1.2	Vulnerabilidade absoluta e vulnerabilidade relativa.....	56
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	59

1.3	Precedente jurisprudencial sobre presunção de violência .....	60
1.4	Estrutura do tipo penal incriminador .....	62
1.4.1	Erro de tipo .....	62
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	63
1.4.2	União estável da ofendida com o agressor .....	63
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	63
1.4.3	Pedofilia .....	64
1.4.4	Estupro recíproco .....	65
1.5	Sujeitos ativo e passivo.....	65
1.6	Elemento subjetivo .....	65
1.7	Objetos material e jurídico.....	65
1.8	Classificação.....	65
1.9	Outras pessoas vulneráveis .....	66
1.10	Conflito aparente de normas .....	67
1.11	Enfoque especial para a pessoa incapaz de oferecer resistência.....	67
1.12	Crime qualificado pelo resultado lesão grave.....	68
1.13	Crime qualificado pelo resultado morte .....	68
1.14	Erro de tipo e erro de proibição .....	68
1.15	Lei mais gravosa e retroatividade benéfica .....	68
1.16	Infiltração de agentes.....	68
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	69
1.17	Quadro-resumo .....	70
2.	Corrupção de menores .....	70
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	70
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	71
2.3	Elemento subjetivo.....	71
2.4	Objetos material e jurídico.....	71
2.5	Classificação.....	72
2.6	Corrupção de menores.....	72
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	72
2.7	Quadro-resumo .....	72
3.	Satisfação de lascívia mediante presença de criança ou adolescente.....	73
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	73
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	74
3.3	Elemento subjetivo.....	74
3.4	Objetos material e jurídico.....	74
3.5	Classificação.....	74
3.6	Distinção com o delito previsto no art. 241-D da Lei 8.069/90 .....	74
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	74
3.7	Quadro-resumo .....	75
4.	Favorecimento da prostituição ou de outra forma de exploração sexual de criança ou adolescente ou de vulnerável .....	75
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	75
4.1.1	Exploração sexual.....	76
4.1.2	Confronto com o art. 244-A do Estatuto da Criança e do Adolescente .....	77

4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	77
4.3	Elemento subjetivo.....	78
4.4	Objetos material e jurídico.....	78
4.5	Classificação.....	78
4.6	Finalidade de obtenção de vantagem econômica.....	78
4.7	Partícipe do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	78
4.8	Outra possibilidade de participação do favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	79
4.9	Efeito da condenação.....	79
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	80
4.10	Quadro-resumo .....	80
5.	Divulgação de cena de estupro ou de cena de estupro de vulnerável, de cena de sexo ou de pornografia .....	81
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	81
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	82
5.3	Elemento subjetivo.....	82
5.4	Objetos material e jurídico.....	82
5.5	Classificação.....	82
5.6	Causa de aumento .....	82
5.7	Exclusão da ilicitude .....	83
5.8	Quadro-resumo .....	83
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	84
	<b>Capítulo III – Ação Penal e Aumento de Pena</b> .....	87
1.	Ação penal.....	87
1.1	Ação penal pública.....	87
1.2	A Súmula 608 do STF .....	88
2.	Aumento de pena .....	88
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	89
	<b>Capítulo IV – Lenocínio e Tráfico de Pessoa para Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual</b> .....	91
1.	Conceito de lenocínio e sua decadência como controle moral.....	91
2.	Mediação para servir a lascívia de outrem.....	92
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	92
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	92
2.3	Elemento subjetivo.....	93
2.4	Objetos material e jurídico.....	93
2.5	Classificação.....	93
2.6	Figura qualificada do § 1.º .....	93
2.7	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça ou fraude do § 2.º .....	94
2.8	Finalidade de lucro.....	94
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	94
2.9	Quadro-resumo .....	95



3.	Favorecimento da prostituição ou outra forma de exploração sexual.....	95
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	95
3.1.1	Prostituição .....	96
3.1.2	Exploração sexual.....	97
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	97
3.3	Elemento subjetivo .....	97
3.4	Objetos material e jurídico.....	98
3.5	Classificação.....	98
3.6	Pena pecuniária .....	98
3.7	Figura qualificada do § 1.º .....	99
3.8	Figura qualificada pelo emprego de violência, grave ameaça, fraude ou meio similar do § 2.º.....	99
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	99
3.9	Quadro-resumo .....	99
4.	Local de exploração sexual.....	100
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	100
4.1.1	Prostituição e exploração sexual .....	102
4.1.2	Estabelecimento em que ocorra exploração sexual .....	104
4.1.3	Ofensa ao princípio constitucional da intervenção mínima ..	104
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	105
4.2.1	Diferença entre proxeneta e rufião .....	105
4.3	Elemento subjetivo.....	105
4.4	Objetos material e jurídico.....	106
4.4.1	Casas de massagem, motéis, hotéis de alta rotatividade, saunas, bares ou cafés, <i>drive-in</i> , boates, casas de relaxamento ( <i>relax for men</i> ).....	106
4.5	Classificação.....	106
4.5.1	Conflito entre habitualidade e permanência e inviabilidade da prisão em flagrante .....	106
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	110
4.6	Quadro-resumo .....	110
5.	Rufianismo .....	111
5.1	Conceito de rufianismo.....	111
5.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	111
5.3	Sujeitos ativo e passivo.....	112
5.4	Elemento subjetivo.....	112
5.5	Objetos material e jurídico.....	112
5.6	Classificação.....	112
5.7	Figura qualificada por conta da vítima ou do agente do § 1.º.....	113
5.8	Figura qualificada por conta do meio empregado do § 2.º.....	113
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	113
5.9	Quadro-resumo .....	114
6.	Tráfico internacional de pessoa para fim de exploração sexual.....	114
7.	Tráfico interno de pessoa para fim de exploração sexual .....	114
8.	Promoção de migração ilegal.....	115

8.1	Aspectos gerais .....	115
8.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	115
8.3	Sujeitos ativo e passivo.....	116
8.4	Elemento subjetivo.....	116
8.5	Objetos material e jurídico.....	116
8.6	Classificação.....	116
8.7	Causas de aumento de pena.....	116
8.8	Sistema da acumulação material .....	117
8.9	Quadro-resumo .....	117
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	118
<b>Capítulo V – Ultraje Público ao Pudor</b> .....		119
1.	Conceito de ultraje público ao pudor .....	119
2.	Ato obsceno.....	121
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	121
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	122
2.3	Elemento subjetivo.....	122
2.4	Objetos material e jurídico.....	122
2.5	Classificação.....	122
2.6	Crime impossível.....	123
2.7	A questão do beijo lascivo.....	123
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	124
2.8	Quadro-resumo .....	125
3.	Escrito ou objeto obsceno .....	125
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	125
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	126
3.3	Elemento subjetivo.....	126
3.4	Objetos material e jurídico.....	126
3.5	Inconstitucionalidade do art. 234.....	126
3.6	Classificação.....	127
3.7	Figuras equiparadas do parágrafo único.....	128
3.7.1	Venda, distribuição ou exposição de objeto obsceno .....	128
3.7.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	128
3.7.1.2	Sujeitos ativo e passivo .....	128
3.7.1.3	Elemento subjetivo .....	128
3.7.1.4	Objetos material e jurídico .....	128
3.7.1.5	Classificação .....	128
3.7.2	Representação teatral ou exibição cinematográfica de caráter obsceno.....	128
3.7.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	128
3.7.2.2	Sujeitos ativo e passivo .....	129
3.7.2.3	Elemento subjetivo .....	129
3.7.2.4	Objetos material e jurídico .....	129
3.7.2.5	Classificação .....	129

3.7.3	Audição ou recitação de caráter obsceno .....	129
3.7.3.1	Estrutura do tipo incriminador .....	129
3.7.3.2	Sujeitos ativo e passivo .....	129
3.7.3.3	Elemento subjetivo .....	129
3.7.3.4	Objetos material e jurídico .....	130
3.7.3.5	Classificação .....	130
3.8	Quadro-resumo .....	130
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	131

<b>Capítulo VI – Causas de Aumento e Segredo de Justiça</b> .....	133
1. Causa de aumento de pena em razão de gravidez.....	133
2. Causa de aumento em face de doença sexualmente transmissível .....	134
3. Segredo de justiça .....	134

## PARTE 2

### CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

<b>Capítulo I – Crimes contra o Casamento</b> .....	137
1. Proteção constitucional .....	137
2. Bigamia .....	137
2.1 Conceito de bigamia .....	137
2.2 Estrutura do tipo penal incriminador .....	138
2.2.1 Exceção pluralística à teoria monística .....	138
2.3 Sujeitos ativo e passivo.....	139
2.4 Elemento subjetivo .....	139
2.5 Objetos material e jurídico.....	139
2.6 Classificação.....	140
2.7 Prescrição .....	140
2.8 Concurso de crimes .....	140
2.9 Bigamia e erro de proibição .....	140
2.10 Pena alternativa .....	141
2.11 Concurso de pessoas.....	141
2.12 Causa específica de exclusão da tipicidade .....	141
2.13 Princípio da intervenção mínima .....	141
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	141
2.14 Quadro-resumo .....	142
3. Induzimento a erro essencial e ocultação de impedimento.....	142
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	142
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	143
3.3 Elemento subjetivo.....	143
3.4 Erro essencial.....	143
3.5 Impedimento matrimonial .....	143
3.6 Objetos material e jurídico.....	144
3.7 Classificação.....	144

3.8	Ação penal privada personalíssima .....	144
3.9	Condição de procedibilidade e objetiva de punibilidade.....	144
3.10	Quadro-resumo .....	145
4.	Conhecimento prévio de impedimento .....	145
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	145
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	146
4.3	Elemento subjetivo .....	146
4.4	Impedimento que lhe cause a nulidade absoluta .....	146
4.5	Objetos material e jurídico.....	146
4.6	Classificação.....	146
4.7	Quadro-resumo .....	147
5.	Simulação de autoridade para celebração de casamento .....	147
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	147
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	148
5.3	Elemento subjetivo.....	148
5.4	Objetos material e jurídico.....	148
5.5	Classificação.....	148
5.6	Quadro-resumo .....	149
6.	Simulação de casamento.....	149
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	149
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	150
6.3	Elemento subjetivo.....	150
6.4	Objetos material e jurídico.....	150
6.5	Classificação.....	150
6.6	Quadro-resumo .....	150
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	151

<b>Capítulo II – Crimes contra o Estado de Filiação .....</b>	<b>153</b>
1. Registro de nascimento inexistente.....	153
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	153
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	153
1.3 Elemento subjetivo.....	153
1.4 Objetos material e jurídico.....	153
1.5 Classificação.....	154
1.6 Prescrição .....	154
1.7 Quadro-resumo .....	154
2. Parto suposto. Supressão ou alteração de direito inerente ao estado civil de recém-nascido.....	154
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	154
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	156
2.3 Elemento subjetivo.....	156
2.4 Objetos material e jurídico.....	156
2.5 Classificação.....	156
2.6 Figura privilegiada ou perdão judicial.....	156
2.7 Prescrição .....	157

<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	157
2.8 Quadro-resumo .....	158
3. Sonegação de estado de filiação.....	158
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	158
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	159
3.3 Elemento subjetivo.....	159
3.4 Objetos material e jurídico.....	159
3.5 Classificação.....	159
3.6 Quadro-resumo .....	159
<i>Resumo do capítulo</i> .....	160
<b>Capítulo III – Crimes contra a Assistência Familiar</b> .....	161
1. Proteção constitucional .....	161
2. Abandono material.....	161
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	161
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	163
2.3 Elemento subjetivo.....	163
2.4 Objetos material e jurídico.....	164
2.5 Classificação.....	164
2.6 Pena de multa fixada em salário mínimo.....	164
2.7 Figura equiparada .....	164
2.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	164
2.7.2 Sujeitos ativo e passivo.....	164
2.7.3 Qualquer modo .....	164
2.7.4 Abandono injustificado de emprego ou função .....	164
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	165
2.8 Quadro-resumo .....	165
3. Entrega de filho menor a pessoa inidônea .....	166
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	166
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	167
3.3 Elemento subjetivo.....	167
3.4 Objetos material e jurídico.....	168
3.5 Classificação.....	168
3.6 Confronto com o art. 238 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	168
3.7 Figuras qualificadas .....	168
3.7.1 Elemento subjetivo.....	168
3.7.2 Classificação.....	169
3.7.3 Confronto com o art. 239 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente) .....	169
3.8 Quadro-resumo .....	169
4. Abandono intelectual.....	170
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	170
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	170
4.3 Elemento subjetivo.....	170

4.4	Objetos material e jurídico.....	170
4.5	Classificação.....	170
4.6	Quadro-resumo .....	171
5.	Abandono moral.....	171
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	171
5.2	Critério da especialidade.....	172
5.3	Sujeitos ativo e passivo.....	173
5.4	Elemento subjetivo.....	173
5.5	Objetos material e jurídico.....	173
5.6	Classificação.....	173
5.7	Quadro-resumo .....	173
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	174

## **Capítulo IV – Crimes contra o Pátrio Poder, Tutela ou Curatela** ..... 177

1.	Induzimento a fuga, entrega arbitrária ou sonegação de incapazes .....	177
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	177
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	178
1.3	Elemento subjetivo.....	178
1.4	Objetos material e jurídico.....	178
1.5	Classificação.....	178
1.6	Quadro-resumo .....	179
2.	Subtração de incapazes .....	179
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	179
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	180
2.3	Elemento subjetivo.....	180
2.4	Objetos material e jurídico.....	180
2.5	Classificação.....	180
2.6	Confronto com o art. 237 da Lei 8.069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente).....	180
2.7	Norma explicativa .....	181
2.8	Perdão judicial .....	181
2.9	Quadro-resumo .....	181
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	182

## **PARTE 3**

### **CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA**

## **Capítulo I – Crimes de Perigo Comum** ..... 187

1.	Incêndio .....	187
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	187
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	189
1.2.1	Concurso de pessoas.....	189
1.3	Elemento subjetivo.....	189
1.4	Objetos material e jurídico.....	189

1.5	Classificação.....	190
1.6	Exame pericial .....	190
1.7	Concurso de crimes .....	190
1.8	Causas de aumento da pena.....	190
1.8.1	Finalidade específica.....	190
1.8.2	Razão do aumento no caso das hipóteses previstas no inciso II...	191
1.8.2.1	Casa habitada ou destinada a habitação .....	191
1.8.2.2	Edifício público ou destinado ao público .....	191
1.8.2.3	Embarcação, aeronave, comboio ou veículo de transporte coletivo .....	191
1.8.2.4	Estação ferroviária ou aeródromo .....	192
1.8.2.5	Estaleiro, fábrica ou oficina .....	192
1.8.2.6	Depósito de explosivo, combustível ou inflamável. ....	192
1.8.2.7	Poço petrolífero ou galeria de mineração.....	192
1.8.2.8	Lavoura, pastagem, mata ou floresta .....	192
1.9	Figura culposa.....	192
1.10	Queimada.....	192
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	193
1.11	Quadro-resumo .....	193
2.	Explosão.....	194
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	194
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	195
2.3	Elemento subjetivo.....	195
2.4	Objetos material e jurídico.....	195
2.5	Classificação.....	195
2.6	Tipo privilegiado .....	195
2.7	Causa de aumento .....	196
2.8	Figura culposa.....	196
2.9	Quadro-resumo .....	196
3.	Uso de gás tóxico ou asfíxiante .....	197
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	197
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	198
3.3	Elemento subjetivo.....	198
3.4	Objetos material e jurídico.....	198
3.5	Classificação.....	198
3.6	Tipo culposo .....	198
3.7	Quadro-resumo .....	199
4.	Fabrico, fornecimento, aquisição, posse ou transporte de explosivos ou gás tóxico, ou asfíxiante.....	199
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	199
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	200
4.3	Elemento subjetivo.....	200
4.4	Objetos material e jurídico.....	200
4.5	Classificação.....	200
4.6	Quadro-resumo .....	201

5.	Inundação .....	201
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	201
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	202
5.3	Elemento subjetivo.....	202
5.4	Objetos material e jurídico.....	202
5.5	Classificação.....	202
5.6	Quadro-resumo .....	203
6.	Perigo de inundação.....	203
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	203
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	204
6.3	Elemento subjetivo.....	204
6.4	Objetos material e jurídico.....	204
6.5	Classificação.....	204
6.6	Quadro-resumo .....	204
7.	Desabamento ou desmoronamento .....	205
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	205
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	206
7.3	Elemento subjetivo.....	206
7.3.1	Concurso de crimes pela alteração do elemento subjetivo.....	206
7.4	Objetos material e jurídico.....	206
7.5	Classificação.....	206
7.6	Figura culposa.....	206
7.7	Quadro-resumo .....	207
8.	Subtração, ocultação ou inutilização de material de salvamento.....	207
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	207
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	208
8.3	Elemento subjetivo.....	208
8.4	Objetos material e jurídico.....	208
8.5	Classificação.....	208
8.6	Quadro-resumo .....	208
9.	Formas qualificadas de crime de perigo comum .....	209
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	209
9.1	Quadro-resumo .....	210
10.	Difusão de doença ou praga.....	210
10.1	Confronto com o art. 61 da Lei 9.605/98 .....	210
10.2	Quadro-resumo .....	210
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	211

<b>Capítulo II – Crimes contra a Segurança dos Meios de Comunicação e Transporte e Outros Serviços Públicos .....</b>	<b>215</b>
1. Perigo de desastre ferroviário .....	215
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	215
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	216
1.3 Elemento subjetivo.....	217
1.4 Objetos material e jurídico.....	217



1.5	Classificação.....	217
1.6	Concurso com furto.....	217
1.7	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	217
1.8	Crime qualificado pelo resultado, com culpa, do § 2.º.....	218
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	218
1.9	Quadro-resumo .....	219
2.	Atentado contra a segurança de transporte marítimo, fluvial ou aéreo.....	220
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	220
2.1.1	Itens prejudiciais à navegação aérea.....	220
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	221
2.3	Elemento subjetivo.....	221
2.4	Objetos material e jurídico.....	221
2.5	Classificação.....	221
2.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	221
2.7	Figura qualificada do § 2.º .....	222
2.8	Crime qualificado pelo resultado do § 3.º.....	222
2.9	Quadro-resumo .....	222
3.	Atentado contra a segurança de outro meio de transporte.....	223
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	223
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	223
3.3	Elemento subjetivo.....	223
3.4	Objetos material e jurídico.....	223
3.5	Classificação.....	224
3.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	224
3.7	Crime qualificado pelo resultado do § 2.º.....	224
3.8	Quadro-resumo .....	224
4.	Forma qualificada remetida .....	225
4.1	Quadro-resumo .....	225
5.	Arremesso de projétil.....	225
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	225
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	226
5.3	Elemento subjetivo.....	226
5.4	Objetos material e jurídico.....	226
5.5	Classificação.....	226
5.6	Crime qualificado pelo resultado do parágrafo único .....	227
5.7	Quadro-resumo .....	227
6.	Atentado contra a segurança de serviço de utilidade pública .....	228
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	228
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	228
6.3	Elemento subjetivo.....	228
6.4	Objetos material e jurídico.....	229
6.5	Classificação.....	229
6.6	Crime qualificado pelo resultado.....	229
6.7	Quadro-resumo .....	229

7.	Interrupção ou perturbação de serviço telegráfico, telefônico, informático, telemático ou de informação de utilidade pública .....	230
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	230
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	230
7.3	Elemento subjetivo.....	231
7.4	Objetos material e jurídico.....	231
7.5	Classificação.....	231
7.6	Figura similar do § 1.º.....	231
7.6.1	Sujeitos ativo e passivo.....	231
7.6.2	Elemento subjetivo.....	231
7.6.3	Objetos material e jurídico.....	232
7.6.4	Classificação.....	232
7.6.5	Figura qualificada do § 2.º.....	232
7.7	Quadro-resumo .....	232
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	234

### **Capítulo III – Crimes contra a Saúde Pública .....** 237

1.	Epidemia.....	237
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	237
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	238
1.3	Elemento subjetivo.....	238
1.4	Objetos material e jurídico.....	238
1.5	Classificação.....	238
1.6	Crime qualificado pelo resultado do § 1.º.....	239
1.7	Forma culposa e qualificada pelo resultado .....	239
1.8	Quadro-resumo .....	240
2.	Infração de medida sanitária preventiva .....	240
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	240
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	242
2.3	Elemento subjetivo.....	242
2.4	Objetos material e jurídico.....	242
2.5	Classificação.....	242
2.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único .....	243
2.7	Quadro-resumo .....	243
3.	Omissão de notificação de doença.....	243
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	243
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	244
3.3	Elemento subjetivo.....	244
3.4	Objetos material e jurídico.....	244
3.5	Classificação.....	245
3.6	Quadro-resumo .....	245
4.	Envenenamento de água potável ou de substância alimentícia ou medicinal .....	245
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	245
4.1.1	Desproporcionalidade da pena.....	246
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	246

4.3	Elemento subjetivo.....	246
4.4	Objetos material e jurídico.....	247
4.5	Classificação.....	247
4.5.1	Delito que era considerado hediondo.....	247
4.6	Figura equiparada do § 1.º.....	247
4.7	Elemento subjetivo.....	247
4.8	Figura culposa.....	248
4.9	Quadro-resumo.....	248
5.	Corrupção ou poluição de água potável.....	248
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	248
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	249
5.3	Elemento subjetivo.....	249
5.4	Objetos material e jurídico.....	249
5.5	Classificação.....	249
5.6	Forma culposa.....	250
5.7	Quadro-resumo.....	250
6.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de substância ou produtos alimentícios.....	250
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	250
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	251
6.3	Elemento subjetivo.....	251
6.4	Objetos material e jurídico.....	251
6.5	Classificação.....	251
6.6	Crítica à pena excessiva e desproporcional.....	252
6.7	Figura equiparada do § 1.º-A.....	252
6.7.1	Sujeitos ativo e passivo.....	252
6.7.2	Elemento subjetivo.....	252
6.7.3	Objetos material e jurídico.....	252
6.7.4	Classificação.....	253
6.8	Extensão às bebidas.....	253
6.9	Figura culposa.....	253
6.10	Quadro-resumo.....	253
7.	Falsificação, corrupção, adulteração ou alteração de produto destinado a fins terapêuticos ou medicinais.....	254
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	254
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	255
7.3	Elemento subjetivo.....	255
7.4	Objetos material e jurídico.....	255
7.5	Classificação.....	255
7.6	Crime hediondo.....	256
7.7	Pena desproporcional.....	256
7.8	Figura equiparada do § 1.º.....	257
7.8.1	Sujeitos ativo e passivo.....	257
7.8.2	Elemento subjetivo.....	257
7.8.3	Objetos material e jurídico.....	258
7.8.4	Classificação.....	258

7.9	Extensão do objeto e eventual lesão ao princípio da proporcionalidade .....	258
7.10	Outra extensão relativa aos produtos .....	259
7.10.1	Inconstitucionalidade declarada pelo Superior Tribunal de Justiça .....	260
7.11	Forma culposa .....	261
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	261
7.12	Quadro-resumo .....	262
8.	Emprego de processo proibido ou de substância não permitida .....	263
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	263
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	263
8.3	Elemento subjetivo.....	263
8.4	Objetos material e jurídico.....	263
8.5	Classificação.....	264
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	264
8.6	Quadro-resumo .....	264
9.	Involúcro ou recipiente com falsa indicação.....	265
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	265
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	266
9.3	Elemento subjetivo.....	266
9.4	Objetos material e jurídico.....	266
9.5	Classificação.....	266
9.6	Quadro-resumo .....	266
10.	Produto ou substância nas condições dos dois artigos anteriores .....	267
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	267
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	267
10.3	Elemento subjetivo.....	267
10.4	Objetos material e jurídico.....	267
10.5	Classificação.....	267
10.6	Quadro-resumo .....	268
11.	Substância destinada à falsificação.....	268
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	268
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	269
11.3	Elemento subjetivo.....	269
11.4	Objetos material e jurídico.....	269
11.5	Classificação.....	269
11.6	Quadro-resumo .....	270
12.	Outras substâncias nocivas à saúde pública.....	270
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	270
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	271
12.3	Elemento subjetivo.....	271
12.4	Objetos material e jurídico.....	271
12.5	Classificação.....	271
12.6	Figura culposa.....	271
12.7	Quadro-resumo .....	272

13. Medicamento em desacordo com receita médica .....	272
13.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	272
13.2 Sujeitos ativo e passivo.....	272
13.3 Elemento subjetivo.....	273
13.4 Objetos material e jurídico.....	273
13.5 Classificação.....	273
13.6 Forma culposa .....	273
13.7 Falha legislativa.....	273
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	273
13.8 Quadro-resumo .....	274
14. Exercício ilegal da medicina, arte dentária ou farmacêutica .....	275
14.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	275
14.2 Sujeitos ativo e passivo.....	275
14.3 Elemento subjetivo.....	275
14.4 Objetos material e jurídico.....	276
14.5 Classificação.....	276
14.6 Quadro-resumo .....	276
15. Charlatanismo.....	277
15.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	277
15.2 Sujeitos ativo e passivo.....	277
15.3 Elemento subjetivo.....	278
15.4 Objetos material e jurídico.....	278
15.5 Classificação.....	278
15.6 Quadro-resumo .....	278
16. Curandeirismo .....	279
16.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	279
16.2 Sujeitos ativo e passivo.....	280
16.3 Elemento subjetivo.....	280
16.4 Objetos material e jurídico.....	280
16.5 Classificação.....	280
16.6 Diferença do charlatanismo e do curandeirismo.....	281
16.7 Forma qualificada.....	281
16.8 Quadro-resumo .....	281
<i>Resumo do capítulo</i> .....	282

## PARTE 4

### CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

<b>Capítulo I – Crimes contra a Paz Pública</b> .....	289
1. Incitação ao crime .....	289
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	289
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	290
1.3 Elemento subjetivo.....	291
1.4 Objetos material e jurídico.....	291
1.5 Classificação.....	291

1.6	Concurso de pessoas.....	291
1.7	Animosidade entre as Forças Armadas e outros poderes constitucionais .....	292
1.8	Quadro-resumo .....	292
2.	Apologia de crime ou criminoso.....	293
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	293
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	294
2.3	Elemento subjetivo.....	294
2.4	Objetos material e jurídico.....	294
2.5	Classificação.....	294
2.6	Marchas, protestos, passeatas e outras manifestações.....	294
2.7	Quadro-resumo .....	295
3.	Associação criminosa.....	296
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	296
3.1.1	Quadrilha ou bando.....	298
3.1.2	Finalidade específica.....	299
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	300
3.3	Elemento subjetivo.....	300
3.4	Objetos material e jurídico.....	300
3.5	Classificação.....	300
3.6	Prática de crime continuado.....	300
3.7	Concurso de pessoas.....	301
3.8	Concurso do crime de associação criminosa com outro delito qualificado pela mesma circunstância .....	301
3.9	Pena diferenciada .....	301
3.10	Prova autônoma dos crimes.....	302
3.11	Causa de aumento de pena do parágrafo único .....	302
3.12	Quadro-resumo .....	302
4.	Constituição de milícia privada.....	303
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	303
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	304
4.3	Elemento subjetivo.....	304
4.4	Objetos material e jurídico.....	304
4.5	Classificação.....	304
4.6	Penas elevadas.....	305
4.7	Quadro-resumo .....	305
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	306

## PARTE 5

### CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

<b>Capítulo I – Da Moeda Falsa .....</b>	<b>309</b>
1. Conceito de fé pública.....	309
2. Proteção internacional.....	311

3.	Moeda falsa.....	311
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	311
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	312
3.3	Elemento subjetivo.....	312
3.4	Objetos material e jurídico.....	313
3.5	Aplicação do princípio da insignificância.....	313
3.6	Classificação.....	313
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	314
3.7	Figuras correlatas do § 1.º .....	314
3.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	314
	3.7.1.1 Falsificação grosseira .....	315
3.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	315
3.7.3	Elemento subjetivo.....	316
3.7.4	Objetos material e jurídico.....	316
3.7.5	Classificação.....	316
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	317
3.8	Figura correlata do § 2.º .....	317
3.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	317
3.8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	318
3.8.3	Elemento subjetivo.....	318
3.8.4	Objetos material e jurídico.....	319
3.8.5	Classificação.....	319
3.9	Figura qualificada do § 3.º .....	319
3.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	319
3.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	320
3.9.3	Elemento subjetivo.....	320
3.9.4	Objetos material e jurídico.....	320
3.9.5	Classificação.....	321
3.10	Figura equiparada ao § 3.º, prevista no § 4.º.....	321
3.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	321
3.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	322
3.10.3	Elemento subjetivo.....	323
3.10.4	Objetos material e jurídico.....	323
3.10.5	Classificação.....	323
3.11	Quadro-resumo .....	323
4.	Crimes assimilados ao de moeda falsa .....	324
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	324
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	325
4.3	Elemento subjetivo.....	325
4.4	Objetos material e jurídico.....	325
4.5	Classificação.....	325
4.6	Figura qualificada prevista no parágrafo único .....	326
4.7	Quadro-resumo .....	326

5.	Petrechos para falsificação de moeda .....	327
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	327
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	327
5.3	Elemento subjetivo.....	327
5.4	Objetos material e jurídico.....	327
5.5	Classificação.....	327
5.6	Delito subsidiário .....	328
5.7	Quadro-resumo .....	328
6.	Emissão de título ao portador sem permissão legal .....	329
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	329
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	330
6.3	Elemento subjetivo.....	330
6.4	Objetos material e jurídico.....	330
6.5	Classificação.....	330
6.6	Figura privilegiada do parágrafo único.....	331
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	331
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	331
6.6.3	Elemento subjetivo.....	331
6.6.4	Objetos material e jurídico.....	331
6.6.5	Classificação.....	331
6.7	Quadro-resumo .....	332
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	332

## **Capítulo II – Falsidade de Títulos e Outros Papéis Públicos**..... 335

1.	Falsificação de papéis públicos .....	335
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	335
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	337
1.3	Elemento subjetivo.....	337
1.4	Objetos material e jurídico.....	337
1.5	Classificação.....	337
1.6	Figuras de equiparação previstas no § 1.º .....	338
1.6.1	Inciso I .....	338
1.6.1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	338
1.6.1.2	Sujeitos ativo e passivo .....	338
1.6.1.3	Elemento subjetivo .....	338
1.6.1.4	Objetos material e jurídico .....	338
1.6.1.5	Classificação .....	338
1.6.2	Inciso II.....	339
1.6.2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	339
1.6.2.2	Sujeitos ativo e passivo .....	339
1.6.2.3	Elemento subjetivo .....	339
1.6.2.4	Objetos material e jurídico .....	339
1.6.2.5	Classificação .....	339
1.6.3	Inciso III .....	340



1.6.3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	340
1.6.3.2	Sujeitos do crime .....	340
1.6.3.3	Elemento subjetivo .....	340
1.6.3.4	Classificação .....	340
1.6.3.5	Excessiva cautela legislativa .....	340
1.6.3.6	Crime contra a ordem tributária.....	341
1.7	Figura prevista no § 2.º .....	341
1.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	341
1.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	341
1.7.3	Elemento subjetivo.....	341
1.7.4	Objetos material e jurídico.....	342
1.7.5	Classificação.....	342
1.7.6	Confronto com figura típica mais recente .....	342
1.8	Figura prevista no § 3.º .....	342
1.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	342
1.8.2	Confronto com figura típica mais recente .....	342
1.9	Figura prevista no § 4.º .....	342
1.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	342
1.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	343
1.9.3	Elemento subjetivo.....	343
1.9.4	Objetos material e jurídico.....	343
1.9.5	Classificação.....	343
1.9.6	Confronto com figura típica mais recente .....	343
1.10	Comércio irregular ou clandestino .....	343
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	344
1.11	Quadro-resumo .....	344
2.	Petrechos de falsificação .....	346
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	346
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	346
2.3	Elemento subjetivo.....	347
2.4	Objetos material e jurídico.....	347
2.5	Classificação.....	347
2.5.1	Fato anterior não punível .....	347
2.6	Confronto com lei especial .....	347
2.7	Causa de aumento da pena .....	347
2.8	Quadro-resumo .....	348
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	348
	<b>Capítulo III – Falsidade Documental</b> .....	351
1.	Falsificação de selo ou sinal público .....	351
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	351
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	353
1.3	Elemento subjetivo.....	353
1.4	Objetos material e jurídico.....	353
1.5	Classificação.....	353

1.6	Figura equiparada do § 1.º .....	353
1.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	353
1.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	354
1.6.3	Elemento subjetivo.....	354
1.6.4	Objetos material e jurídico.....	354
1.6.5	Classificação.....	355
1.7	Causa de aumento de pena .....	355
1.8	Quadro-resumo .....	355
2.	Falsificação de documento público.....	356
2.1	Maior proteção aos documentos públicos .....	356
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	356
2.2.1	Documento formal e substancialmente público e formalmente público e substancialmente privado.....	358
2.2.2	Relevância jurídica do documento .....	358
2.2.3	Fotocópias sem autenticação .....	358
2.2.4	Falsidade grosseira .....	358
2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	358
2.4	Elemento subjetivo.....	359
2.5	Objetos material e jurídico.....	359
2.6	Classificação.....	359
2.7	Crime de perigo abstrato.....	359
2.8	Exame de corpo de delito.....	359
2.9	Concurso de estelionato e falsidade.....	359
2.10	Concurso de falsificação e uso de documento falso .....	359
2.11	Concurso da falsidade com apropriação indébita ou outro crime patrimonial.....	360
2.12	Falsificação de certidão ou atestado emitido por escola .....	360
2.13	Causa de aumento de pena do § 1.º .....	360
2.14	Documento público por equiparação do § 2.º.....	360
2.14.1	Entidade paraestatal.....	360
2.15	Figuras equiparadas do § 3.º.....	361
2.15.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	361
2.15.1.1	Falsidade ideológica no contexto da falsidade material.....	363
2.16	Figura omissiva do § 4.º.....	363
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	364
2.17	Quadro-resumo .....	365
3.	Falsificação de documento particular.....	366
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	366
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	367
3.3	Elemento subjetivo.....	367
3.4	Potencialidade da falsidade para causar prejuízo.....	367
3.5	Objetos material e jurídico.....	367
3.6	Classificação.....	367

3.6.1	Crime de perigo abstrato.....	368
3.6.2	Documento particular por equiparação conforme parágrafo único.....	368
3.7	Quadro-resumo .....	368
4.	Falsidade ideológica.....	369
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	369
4.1.1	Documento sem assinatura.....	370
4.1.2	Contrato com “laranjas” .....	370
4.1.3	Petição de advogado.....	370
4.1.4	Declaração de pobreza para obter os benefícios da justiça gratuita.....	370
4.1.5	Procuração <i>ad judicium</i> .....	371
4.1.6	Declaração cadastral para qualquer fim.....	371
4.1.7	Laudo médico .....	371
4.1.8	Declaração particular prestada em cartório de notas.....	371
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	371
4.3	Elemento subjetivo.....	371
4.4	Objetos material e jurídico.....	371
4.5	Classificação.....	372
4.6	Diferenças entre falsidade material e ideológica.....	372
4.7	Exame pericial .....	372
4.8	Falsificação de Carteira de Trabalho e Previdência Social.....	372
4.9	Falsificação em folha de papel em branco.....	373
4.10	Causa de aumento de pena .....	373
4.11	Segunda causa de aumento de pena.....	374
4.12	Assentamento de registro civil.....	374
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	374
4.13	Quadro-resumo .....	375
5.	Falso reconhecimento de firma ou letra.....	375
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	375
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	376
5.3	Elemento subjetivo.....	376
5.4	Objetos material e jurídico.....	376
5.5	Classificação.....	376
5.6	Quadro-resumo .....	377
6.	Certidão ou atestado ideologicamente falso .....	377
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	377
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	378
6.3	Elemento subjetivo.....	378
6.4	Objetos material e jurídico.....	379
6.5	Classificação.....	379
6.6	Falsidade material de atestado ou certidão.....	379
6.6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	379
6.6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	379
6.6.3	Elemento subjetivo.....	379

6.6.4	Habilitação de terceira pessoa, e não do próprio agente.....	380
6.6.5	Objetos material e jurídico.....	380
6.6.6	Classificação.....	380
6.6.7	Crítica à brandura da pena.....	380
6.7	Figura qualificada.....	380
6.8	Quadro-resumo.....	381
7.	Falsidade de atestado médico.....	381
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	381
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	382
7.3	Elemento subjetivo.....	382
7.4	Objetos material e jurídico.....	382
7.5	Classificação.....	382
7.6	Crítica à brandura da pena.....	382
7.7	Figura qualificada.....	382
7.8	Quadro-resumo.....	382
8.	Reprodução ou adulteração de selo ou peça filatélica.....	383
8.1	Substituição.....	383
8.2	Quadro-resumo.....	383
9.	Uso de documento falso.....	384
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	384
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	384
9.3	Elemento subjetivo.....	384
9.4	Papéis constantes nos arts. 297 a 302.....	384
9.4.1	Exame de corpo de delito.....	384
9.5	Dúvida quanto à falsidade.....	385
9.5.1	Carteira de habilitação falsa.....	385
9.6	Objetos material e jurídico.....	385
9.7	Classificação.....	385
9.8	Apresentação espontânea, exigência e apreensão pela autoridade.....	385
9.9	Exigência de apresentação por autoridade incompetente.....	386
9.10	Documento falso para escapar da prisão.....	386
9.11	Desistência voluntária.....	386
9.12	Concurso com o crime de falsidade.....	386
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	387
9.13	Quadro-resumo.....	387
10.	Supressão de documento.....	388
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	388
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	388
10.3	Elemento subjetivo.....	389
10.4	Autenticidade do documento.....	389
10.5	Objetos material e jurídico.....	389
10.6	Classificação.....	389
10.7	Diferença entre supressão do documento, dano e furto.....	389
10.8	Diferença entre os crimes de supressão de documento e sonegação de papel ou objeto de valor probatório.....	390

<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	390
10.9 Quadro-resumo .....	390
<i>Resumo do capítulo</i> .....	391
<b>Capítulo IV – Outras Falsidades</b> .....	393
1. Falsificação do sinal empregado no contraste de metal precioso ou na fiscalização alfandegária, ou para outros fins .....	393
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	393
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	394
1.3 Elemento subjetivo.....	394
1.4 Objetos material e jurídico.....	394
1.5 Classificação.....	394
1.6 Figura privilegiada do parágrafo único.....	394
1.7 Quadro-resumo .....	395
2. Falsa identidade .....	395
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	395
2.1.1 Autodefesa.....	396
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	397
2.3 Elemento subjetivo.....	397
2.4 Objetos material e jurídico.....	397
2.5 Classificação.....	397
2.6 Delito subsidiário .....	397
2.7 Confronto com a contravenção penal do art. 68 do Decreto-lei 3.688/41 .....	397
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	398
2.8 Outra forma de falsa identidade.....	398
2.8.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	398
2.8.1.1 Alteração de fotografia do documento .....	399
2.8.2 Sujeitos ativo e passivo.....	399
2.8.3 Elemento subjetivo.....	399
2.8.4 Objetos material e jurídico.....	400
2.8.5 Classificação.....	400
2.8.6 Delito subsidiário .....	400
2.9 Quadro-resumo .....	400
3. Fraude de lei sobre estrangeiros .....	401
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	401
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	401
3.3 Elemento subjetivo.....	401
3.4 Objetos material e jurídico.....	401
3.5 Classificação.....	401
3.6 Forma qualificada prevista no parágrafo único do art. 309.....	402
3.6.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	402
3.6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	402
3.6.3 Elemento subjetivo.....	402

3.6.4	Objetos material e jurídico.....	402
3.6.5	Classificação.....	402
3.7	Outra forma de fraude de lei sobre estrangeiros prevista no art. 310 do CP.....	402
3.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	402
3.7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	403
3.7.3	Elemento subjetivo.....	403
3.7.4	Objetos material e jurídico.....	403
3.7.5	Classificação.....	403
3.8	Quadro-resumo .....	404
4.	Adulteração de sinal identificador de veículo automotor .....	404
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	404
4.1.1	Placa fria fornecida pelo órgão de trânsito .....	405
4.1.2	Falsidade grosseira com fita adesiva .....	405
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	406
4.3	Elemento subjetivo.....	406
4.4	Objetos material e jurídico.....	406
4.5	Classificação.....	406
4.6	Causa de aumento .....	406
4.7	Hipótese de participação material .....	406
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	406
4.8	Quadro-resumo .....	407
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	408

<b>Capítulo V – Fraudes em Certames de Interesse Público.....</b>	<b>411</b>
1. Indevida inserção no Título X (dos crimes contra a fé pública) .....	411
2. Titulação equivocada .....	412
3. Rubrica do crime .....	412
4. Fraudes em certames de interesse público .....	412
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	412
4.1.1 Cola eletrônica.....	414
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	415
4.3 Elemento subjetivo.....	415
4.4 Objetos material e jurídico.....	415
4.5 Classificação.....	415
4.6 Forma similar prevista no § 1.º.....	415
4.6.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	415
4.6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	416
4.6.3 Elemento subjetivo.....	416
4.6.4 Objetos material e jurídico.....	416
4.6.5 Classificação.....	416
4.7 Forma qualificada pelo resultado prevista no § 2.º.....	416
4.8 Causa de aumento de pena prevista no § 3.º .....	417
<i>Resumo do capítulo</i> .....	417

## PARTE 6

## CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

## Capítulo I – Crimes Praticados por Funcionário Público contra a Administração

<b>em Geral</b> .....	421
1. Conceito de Administração Pública .....	421
2. Peculato.....	421
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	421
2.1.1 Funcionário que recebe dinheiro ou outro valor de particular e aplica na própria repartição .....	423
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	424
2.3 Elemento subjetivo.....	424
2.3.1 Peculato de uso .....	424
2.4 Objetos material e jurídico.....	425
2.5 Classificação.....	425
2.6 Concurso de pessoas.....	425
2.7 Aplicação da defesa preliminar .....	425
2.8 Estado de necessidade.....	426
2.9 Figura equiparada prevista no § 1.º .....	426
2.9.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	426
2.10 Peculato culposo.....	427
2.10.1 Causa de extinção da punibilidade ou de redução da pena....	427
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	428
2.11 Quadro-resumo .....	428
3. Peculato mediante erro de outrem.....	429
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	429
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	431
3.3 Elemento subjetivo.....	431
3.4 Objetos material e jurídico.....	431
3.5 Classificação.....	431
3.6 Defesa preliminar .....	432
3.7 Quadro-resumo .....	432
4. Inserção de dados falsos em sistema de informações.....	432
4.1 Figura semelhante ao peculato impróprio .....	432
4.2 Estrutura do tipo penal incriminador .....	433
4.3 Sujeitos ativo e passivo.....	434
4.4 Elemento subjetivo.....	434
4.5 Objetos material e jurídico.....	434
4.6 Classificação.....	434
4.7 Defesa preliminar .....	434
4.8 Quadro-resumo .....	435
5. Modificação ou alteração não autorizada de sistema de informações .....	435
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	435
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	436

5.3	Elemento subjetivo.....	436
5.4	Objetos material e jurídico.....	436
5.5	Classificação.....	436
5.6	Defesa preliminar.....	436
5.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	436
5.8	Quadro-resumo.....	437
6.	Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento.....	437
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	437
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	438
6.3	Elemento subjetivo.....	438
6.4	Objetos material e jurídico.....	438
6.5	Classificação.....	438
6.6	Delito subsidiário.....	439
6.7	Defesa preliminar.....	439
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	439
6.8	Quadro-resumo.....	440
7.	Emprego irregular de verbas ou rendas públicas.....	440
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	440
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	441
7.3	Elemento subjetivo.....	441
7.4	Objetos material e jurídico.....	441
7.5	Classificação.....	441
7.6	Defesa preliminar.....	442
7.7	Quadro-resumo.....	442
8.	Concussão.....	442
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	442
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	444
8.3	Elemento subjetivo.....	444
8.4	Objetos material e jurídico.....	444
8.5	Classificação.....	444
8.6	Prisão em flagrante.....	445
8.6.1	Flagrante e crime impossível.....	445
8.7	Defesa preliminar.....	446
8.8	Conceito de exação.....	446
8.9	Figura equiparada (art. 316, § 1.º).....	446
8.9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	446
8.9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	447
8.9.3	Elemento subjetivo.....	447
8.9.4	Objetos material e jurídico.....	447
8.9.5	Classificação.....	447
8.9.6	Defesa preliminar.....	448
8.10	Excesso de exação por desvio (art. 316, § 2.º).....	448
8.10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	448
8.10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	449



8.10.3	Elemento subjetivo.....	449
8.10.4	Objetos material e jurídico.....	449
8.10.5	Classificação.....	449
8.10.6	Defesa preliminar.....	449
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	449
8.11	Quadro-resumo.....	450
9.	Corrupção passiva.....	450
9.1	Introdução.....	450
9.2	Estrutura do tipo penal incriminador.....	453
9.2.1	Ausência de menção à expressão ato de ofício.....	455
9.2.2	Princípio da insignificância.....	456
9.2.3	Vantagem indevida idônea.....	456
9.2.4	Aspectos da consumação e a cifra negra da corrupção.....	456
9.2.5	Alinhamentos históricos.....	457
9.3	Sujeitos ativo e passivo.....	458
9.4	Elemento subjetivo.....	458
9.5	Objetos material e jurídico.....	458
9.6	Classificação.....	458
9.7	Concurso de pessoas.....	459
9.8	Defesa preliminar.....	459
9.9	Causa de aumento da pena o § 1.º.....	459
9.10	Figura privilegiada.....	459
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	460
9.11	Quadro-resumo.....	460
10.	Facilitação de contrabando ou descaminho.....	461
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	461
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	462
10.3	Elemento subjetivo.....	462
10.4	Objetos material e jurídico.....	462
10.5	Classificação.....	462
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	462
10.6	Defesa preliminar.....	463
10.7	Quadro-resumo.....	463
11.	Prevaricação.....	463
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	463
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	464
11.3	Elemento subjetivo.....	465
11.4	Objetos material e jurídico.....	465
11.5	Classificação.....	465
11.6	Defesa preliminar.....	465
11.7	Quadro-resumo.....	465
12.	Prevaricação em presídio do art. 319-A.....	466
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	466
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	468

12.3	Elemento subjetivo.....	469
12.4	Objetos material e jurídico.....	469
12.5	Classificação.....	469
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	469
12.6	Defesa preliminar .....	470
12.7	Quadro-resumo .....	470
13.	Condescendência criminosa.....	470
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	470
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	471
13.3	Elemento subjetivo.....	472
13.4	Objetos material e jurídico.....	472
13.5	Classificação.....	472
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	472
13.6	Defesa preliminar .....	472
13.7	Quadro-resumo .....	472
14.	Advocacia administrativa.....	473
14.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	473
14.2	Sujeitos ativo e passivo.....	474
14.3	Elemento subjetivo.....	474
14.4	Objetos material e jurídico.....	474
14.5	Classificação.....	474
14.6	Figura qualificada.....	475
14.7	Defesa preliminar .....	475
14.8	Quadro-resumo .....	475
15.	Violência arbitrária.....	476
15.1	Revogação do art. 322 pela Lei de Abuso de Autoridade.....	476
15.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	476
15.3	Sujeitos ativo e passivo.....	476
15.4	Elemento subjetivo.....	476
15.5	Objetos material e jurídico.....	477
15.6	Classificação.....	477
15.7	Concurso de crimes .....	477
15.8	Defesa preliminar .....	477
15.9	Quadro-resumo .....	477
16.	Abandono de função.....	478
16.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	478
16.2	Sujeitos ativo e passivo.....	478
16.3	Elemento subjetivo.....	478
16.4	Objetos material e jurídico.....	478
16.5	Classificação.....	479
16.6	Figura qualificada pelo resultado do § 1.º.....	479
16.7	Figura qualificada pelo local do § 2.º.....	479
16.8	Defesa preliminar .....	479
16.9	Quadro-resumo .....	480

17. Exercício funcional ilegalmente antecipado ou prolongado.....	480
17.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	480
17.2 Sujeitos ativo e passivo.....	482
17.3 Elemento subjetivo.....	482
17.4 Objetos material e jurídico.....	483
17.5 Classificação.....	483
17.6 Defesa preliminar .....	483
17.7 Quadro-resumo .....	483
18. Violação de sigilo funcional.....	484
18.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	484
18.2 Sujeitos ativo e passivo.....	484
18.3 Elemento subjetivo.....	484
18.4 Objetos material e jurídico.....	484
18.5 Classificação.....	485
18.6 Delito subsidiário .....	485
18.7 Confronto com outros tipos especiais.....	485
18.8 Figuras equiparadas previstas no § 1.º, inciso I.....	485
18.8.1 Sujeitos ativo e passivo.....	486
18.8.2 Elemento subjetivo.....	486
18.8.3 Objetos material e jurídico.....	486
18.8.4 Classificação.....	486
18.9 Figura equiparada prevista no § 1.º, inciso II.....	487
18.9.1 Sujeitos ativo e passivo.....	487
18.9.2 Elemento subjetivo.....	487
18.9.3 Objetos material e jurídico.....	487
18.9.4 Classificação.....	487
18.10 Crime qualificado pelo resultado.....	488
18.11 Defesa preliminar .....	488
18.12 Quadro-resumo .....	488
19. Violação do sigilo de proposta de concorrência.....	489
20. Funcionário público.....	489
20.1 Efeitos penais .....	489
20.2 Conceitos de cargo, emprego ou função pública.....	490
20.3 Podem ser considerados funcionários públicos.....	490
20.3.1 Defensor dativo em convênio com órgão estatal .....	490
20.4 Não são considerados funcionários públicos .....	491
20.5 Entidade paraestatal.....	491
20.6 Equiparação restrita ao sujeito ativo.....	491
20.7 Empresa prestadora de serviço contratada ou conveniada para a execução de atividade típica da Administração Pública.....	492
20.8 Causa de aumento de pena do § 2.º .....	492
20.9 Quadro-resumo .....	492
<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>493</i>

<b>Capítulo II – Crimes Praticados por Particular contra a Administração em Geral .....</b>	<b>499</b>
1. Usurpação de função pública.....	499
1.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	499
1.2 Sujeitos ativo e passivo.....	500
1.3 Elemento subjetivo.....	500
1.4 Objetos material e jurídico.....	500
1.5 Classificação.....	500
1.6 Figura qualificada do parágrafo único .....	500
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	501
1.7 Quadro-resumo .....	501
2. Resistência .....	502
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	502
2.1.1 Roubo e resistência.....	503
2.1.2 Resistência ativa ( <i>vis corporalis</i> ou <i>vis compulsiva</i> ) e resistência passiva ( <i>vis civilis</i> ).....	503
2.1.3 Embriaguez .....	504
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	504
2.3 Elemento subjetivo.....	504
2.4 Objetos material e jurídico.....	504
2.5 Classificação.....	505
2.6 Figura qualificada do § 1.º .....	505
2.7 Sistema da acumulação material.....	505
2.8 Absorção do desacato e da desobediência .....	505
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	505
2.9 Quadro-resumo .....	506
3. Desobediência.....	506
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	506
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	507
3.3 Elemento subjetivo.....	507
3.4 Objetos material e jurídico.....	508
3.5 Classificação.....	508
3.6 Pontos particulares do crime de desobediência .....	508
3.6.1 Proibição de venda e uso de bebida alcoólica em dia de eleição .....	508
3.6.2 Ordem emanada de juiz impedido .....	509
3.6.3 Inexistência de outro tipo de punição .....	509
3.6.4 Descumprimento das condições impostas na suspensão condicional do processo.....	510
3.6.5 Descumprimento das imposições feitas ao usuário de drogas....	510
3.6.6 Descumprimento de medida imposta com fundamento na Lei Maria da Penha .....	510
3.6.7 Descumprimento de convocação de militar para depor.....	510
3.6.8 Dever da vítima de colaborar com a investigação ou processo criminal.....	510
3.6.9 Autoacusação .....	511

3.6.10	Ordem dada por autoridade (juiz criminal, delegado ou CPI) à testemunha ou ao indiciado ou réu para depor.....	511
3.6.11	Sigilo médico e recusa em fornecer dados sobre o paciente...	511
3.6.12	Sigilo do advogado .....	512
3.6.13	Identificação dactiloscópica.....	512
3.6.14	Distinção do delito de desobediência e da contravenção de recusa de dados sobre a própria identidade ou qualificação.....	513
3.6.15	Embriaguez .....	514
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	514
3.7	Quadro-resumo .....	514
4.	Desacato.....	515
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	515
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	516
4.2.1	Pluralidade de funcionários ofendidos.....	517
4.3	Elemento subjetivo.....	517
4.4	Objetos material e jurídico.....	517
4.5	Classificação.....	518
4.6	Concurso de crimes .....	518
4.7	Indiferença do ofendido .....	518
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	518
4.8	Quadro-resumo .....	519
5.	Tráfico de influência .....	519
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	519
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	520
5.3	Elemento subjetivo.....	521
5.4	Objetos material e jurídico.....	521
5.5	Classificação.....	521
5.6	Causa de aumento da pena nos termos do parágrafo único.....	522
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	522
5.7	Quadro-resumo .....	522
6.	Corrupção ativa .....	523
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	523
6.1.1	A questão referente à conduta dar.....	524
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	525
6.3	Elemento subjetivo.....	525
6.4	Objetos material e jurídico.....	525
6.5	Classificação.....	525
6.6	Crime bilateral .....	526
6.7	Aumento de pena do parágrafo único .....	526
6.8	Princípio da insignificância .....	526
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	526
6.9	Quadro-resumo .....	527
7.	Descaminho .....	527
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	527
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	529

7.3	Elemento subjetivo.....	529
7.4	Objetos material e jurídico.....	529
7.5	Classificação.....	530
7.6	Princípio da insignificância.....	530
7.6.1	Intervenção mínima.....	530
7.7	Habitualidade delitiva.....	531
7.8	Descaminho e violação de direitos autorais.....	531
7.9	Figuras típicas correlatas do § 1.º.....	531
7.9.1	Sujeitos ativo e passivo.....	532
7.9.2	Elemento subjetivo.....	532
7.9.3	Diferença entre introdução clandestina e importação fraudulenta.....	533
7.9.4	Classificação.....	533
7.9.5	Inciso IV do § 1.º.....	533
7.9.5.1	Sujeitos ativo e passivo.....	534
7.9.5.2	Elemento subjetivo.....	534
7.9.5.3	Confronto com a receptação.....	534
7.9.5.4	Objetos material e jurídico.....	534
7.9.5.5	Classificação.....	534
7.10	Figura de equiparação do § 2.º.....	534
7.10.1	Habitualidade.....	535
7.11	Causa de aumento do § 3.º.....	535
7.12	Procedimento administrativo e ação penal.....	535
7.13	Prova pericial.....	536
7.14	Crime impossível.....	536
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	536
7.15	Quadro-resumo.....	536
8.	Contrabando.....	537
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	537
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	538
8.3	Elemento subjetivo.....	538
8.4	Objetos material e jurídico.....	538
8.5	Classificação.....	538
8.6	Princípio da insignificância no contrabando.....	538
8.7	Figuras equiparadas do § 1.º.....	539
8.8	Confronto com a receptação.....	540
8.9	Figura de equiparação.....	540
8.10	Causa de aumento.....	540
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	541
8.11	Quadro-resumo.....	541
9.	Impedimento, perturbação ou fraude de concorrência.....	542
9.1	Revogação deste tipo penal pela Lei 8.666/93.....	542
9.2	Quadro-resumo.....	542
10.	Inutilização de edital ou de sinal.....	543
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	543

10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	543
10.3	Elemento subjetivo.....	544
10.4	Objetos material e jurídico.....	544
10.5	Classificação.....	544
10.6	Quadro-resumo.....	544
11.	Subtração ou inutilização de livro ou documento.....	545
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	545
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	546
11.3	Elemento subjetivo.....	546
11.4	Objetos material e jurídico.....	546
11.5	Classificação.....	546
11.6	Crime subsidiário.....	546
11.7	Quadro-resumo.....	546
12.	Sonegação de contribuição previdenciária.....	547
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	547
12.1.1	Condição objetiva de punibilidade.....	547
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	548
12.3	Elemento subjetivo.....	548
12.4	Estrutura do tipo penal incriminador do inciso I.....	548
12.5	Objetos material e jurídico.....	549
12.6	Classificação.....	549
12.7	Figura prevista no inciso II.....	549
12.7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	549
12.7.2	Objetos material e jurídico.....	550
12.7.3	Classificação.....	550
12.8	Figura prevista no inciso III.....	551
12.8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	551
12.8.2	Objetos material e jurídico.....	551
12.8.3	Classificação.....	551
12.9	Competência.....	552
12.10	Causa de extinção da punibilidade.....	552
12.11	Não aplicação do art. 34 da Lei 9.249/95.....	554
12.12	Perdão judicial ou figura privilegiada.....	554
12.13	Valor devido de pouca monta.....	555
12.14	Critério para a escolha do juiz.....	555
12.15	Causa de diminuição da pena ou privilégio.....	555
12.16	Reajuste do valor de referência da folha de pagamento (§ 4.º).....	556
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	556
12.17	Quadro-resumo.....	556
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	558

### Capítulo III – Crimes Praticados por Particular contra a Administração Pública

	<b>Estrangeira</b> .....	563
1.	Origem das figuras típicas.....	563
2.	Corrupção Ativa em Transação Comercial Internacional.....	564

2.1	Figura típica similar .....	564
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	564
2.3	Tipo misto alternativo .....	565
2.4	Sujeitos ativo e passivo.....	565
2.4.1	Pessoa jurídica como sujeito ativo .....	565
2.4.2	Participação.....	566
2.5	Elemento subjetivo.....	566
2.6	Objetos material e jurídico.....	566
2.7	Classificação.....	567
2.8	Não configuração de crime bilateral.....	567
2.9	Causa de aumento de pena do parágrafo único .....	568
2.10	Quadro-resumo .....	568
3.	Tráfico de influência em transação comercial internacional.....	569
3.1	Figura similar.....	569
3.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	569
3.3	Sujeitos ativo e passivo.....	570
3.4	Elemento subjetivo.....	570
3.5	Objetos material e jurídico.....	570
3.6	Classificação.....	570
3.7	Causa de aumento de pena do parágrafo único .....	571
3.8	Quadro-resumo .....	571
4.	Funcionário público estrangeiro .....	571
4.1	Conceito de funcionário público estrangeiro .....	571
4.2	Cargo, emprego e função pública.....	572
4.3	Equiparações feitas pelo parágrafo único .....	573
4.4	Quadro-resumo .....	573
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	574

#### **Capítulo IV – Crimes em Licitações e Contratos Administrativos .....** 575

1.	Fundamento constitucional .....	575
2.	Conceitos básicos .....	575
3.	Contratação direta ilegal.....	576
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	576
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	579
3.3	Elemento subjetivo.....	580
3.4	Objetos material e jurídico.....	580
3.5	Classificação.....	580
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	580
3.6	Quadro-resumo .....	581
4.	Frustração do caráter competitivo de licitação.....	582
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	582
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	582
4.3	Elemento subjetivo.....	582
4.4	Objetos material e jurídico.....	582
4.5	Classificação.....	583



<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	583
4.6 Quadro-resumo .....	583
5. Patrocínio de contratação indevida .....	584
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	584
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	584
5.3 Elemento subjetivo.....	585
5.4 Objetos material e jurídico.....	585
5.5 Classificação.....	585
5.6 Condições objetivas de punibilidade.....	585
5.7 Quadro-resumo .....	586
6. Modificação ou pagamento irregular em contrato administrativo.....	586
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	586
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	587
6.3 Elemento subjetivo.....	587
6.4 Objetos material e jurídico.....	587
6.5 Classificação.....	587
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	588
6.6 Quadro-resumo .....	588
7. Perturbação do processo licitatório .....	589
7.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	589
7.2 Sujeitos ativo e passivo.....	589
7.3 Elemento subjetivo.....	589
7.4 Objetos material e jurídico.....	590
7.5 Classificação.....	590
7.6 Quadro-resumo .....	590
8. Violação de sigilo em licitação .....	590
8.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	590
8.2 Sujeitos ativo e passivo.....	591
8.3 Elemento subjetivo.....	591
8.4 Objetos material e jurídico.....	591
8.5 Classificação.....	591
8.6 Quadro-resumo .....	592
9. Afastamento de licitante .....	592
9.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	592
9.2 Sujeitos ativo e passivo.....	593
9.3 Elemento subjetivo.....	593
9.4 Objetos material e jurídico.....	593
9.5 Classificação.....	593
9.6 Sistema da acumulação material.....	594
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	594
9.7 Quadro-resumo .....	594
10. Fraude em licitação ou contrato .....	595
10.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	595
10.2 Sujeitos ativo e passivo.....	597
10.3 Elemento subjetivo.....	597

10.4	Objetos material e jurídico.....	597
10.5	Classificação.....	597
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	597
10.6	Quadro-resumo .....	598
11.	Contratação inidônea.....	598
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	598
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	600
11.3	Elemento subjetivo .....	600
11.4	Objetos material e jurídico.....	600
11.5	Classificação.....	600
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	600
11.6	Quadro-resumo .....	601
12.	Impedimento indevido .....	602
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	602
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	602
12.3	Elemento subjetivo.....	602
12.4	Objetos material e jurídico.....	603
12.5	Classificação.....	603
12.6	Quadro-resumo .....	603
13.	Omissão grave de dado ou de informação por projetista .....	604
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	604
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	606
13.3	Elemento subjetivo.....	606
13.4	Objetos material e jurídico.....	607
13.5	Classificação.....	607
13.6	Aplicação da pena de multa.....	607
13.7	Quadro-resumo .....	608
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	609
 <b>Capítulo V – Crimes contra a Administração da Justiça</b> .....		613
1.	Reingresso de estrangeiro expulso .....	613
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	613
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	614
1.3	Elemento subjetivo.....	614
1.4	Diferenças entre repatriação, deportação, expulsão e extradição.....	614
1.5	Objetos material e jurídico.....	616
1.6	Classificação.....	616
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	616
1.7	Quadro-resumo .....	616
2.	Denúnciação caluniosa.....	617
2.1	Crime complexo .....	617
2.2	Estrutura do tipo penal incriminador .....	617
2.3	Sujeitos ativo e passivo.....	621
2.3.1	Autoridade que age de ofício .....	621
2.3.2	Término da investigação ou ação .....	621

2.3.3	Confronto da denúncia caluniosa com o delito previsto no art. 19 da Lei 8.429/92.....	622
2.3.4	Elemento subjetivo.....	622
2.3.4.1	Inocência do imputado.....	622
2.3.5	Crime impossível.....	623
2.3.6	Autodefesa de réu em processo ou indiciado em inquérito ...	623
2.3.7	O silêncio como forma de imputação.....	624
2.3.8	Conhecimento posterior da inocência do acusado.....	625
2.3.9	Objetos material e jurídico.....	625
2.3.10	Classificação.....	626
2.3.11	Causa de aumento de pena do § 1.º.....	626
2.3.12	Causa de diminuição da pena do § 2.º.....	626
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	626
2.4	Quadro-resumo.....	627
3.	Comunicação falsa de crime ou de contravenção.....	627
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	627
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	628
3.3	Elemento subjetivo.....	628
3.4	Ocorrência de crime diverso.....	628
3.5	Crime impossível.....	629
3.6	Objetos material e jurídico.....	629
3.7	Classificação.....	629
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	629
3.8	Quadro-resumo.....	630
4.	Autoacusação falsa.....	630
4.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	630
4.2	Sujeitos ativo e passivo.....	631
4.3	Direito de mentir do réu.....	631
4.4	Elemento subjetivo.....	631
4.5	Objetos material e jurídico.....	632
4.6	Classificação.....	632
4.7	Quadro-resumo.....	632
5.	Falso testemunho ou falsa perícia.....	633
5.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	633
5.2	Sujeitos ativo e passivo.....	635
5.3	Elemento subjetivo.....	635
5.4	Objetos material e jurídico.....	635
5.5	Classificação.....	636
5.6	Recusa da testemunha em depor.....	636
5.7	Qualificação da testemunha.....	638
5.8	Opinião da testemunha.....	638
5.9	Direito de se calar da testemunha.....	638
5.10	Compromisso da testemunha de dizer a verdade.....	638
5.11	Concurso de pessoas no crime de falso.....	641

5.12	Crime de bagatela.....	643
5.13	Competência para apurar o crime de falso.....	643
5.14	Causa de aumento de pena do § 1.º.....	644
5.15	Condição negativa de punibilidade do § 2.º.....	645
5.15.1	Comunicabilidade aos coautores e partícipes.....	645
5.15.2	Sentença.....	646
5.15.3	Retratação no procedimento do júri.....	646
5.16	Condição para instauração do inquérito ou da ação pelo crime de falso.....	646
5.17	Atipicidade do falso dependente do caso concreto.....	646
5.18	Extinção da punibilidade por meio de <i>habeas corpus</i> de ofício.....	647
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	647
5.19	Quadro-resumo.....	648
6.	Suborno.....	648
6.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	648
6.2	Sujeitos ativo e passivo.....	649
6.3	Elemento subjetivo.....	649
6.4	Objetos material e jurídico.....	649
6.5	Classificação.....	649
6.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único.....	650
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	650
6.7	Quadro-resumo.....	651
7.	Coação no curso do processo.....	651
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	651
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	652
7.3	Elemento subjetivo.....	652
7.4	Objetos material e jurídico.....	652
7.5	Classificação.....	652
7.6	Sistema da acumulação material.....	653
7.7	Causa de aumento de pena.....	653
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	653
7.8	Quadro-resumo.....	653
8.	Exercício arbitrário das próprias razões.....	654
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	654
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	655
8.3	Elemento subjetivo.....	655
8.4	Objetos material e jurídico.....	655
8.5	Classificação.....	655
8.6	Delito de caráter subsidiário.....	656
8.7	Crime de ação pública ou privada.....	656
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	656
8.8	Quadro-resumo.....	656
9.	Outra forma de exercício arbitrário das próprias razões.....	657
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	657
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	657

9.3	Elemento subjetivo.....	658
9.4	Objetos material e jurídico.....	658
9.5	Classificação.....	658
9.6	Quadro-resumo.....	658
10.	Fraude processual.....	658
10.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	658
10.2	Sujeitos ativo e passivo.....	659
10.3	Elemento subjetivo.....	660
10.4	Objetos material e jurídico.....	660
10.5	Classificação.....	660
10.6	Causa de aumento de pena do parágrafo único.....	660
10.7	Autodefesa do acusado.....	660
10.8	Absorção por crime mais grave.....	661
10.9	Quadro-resumo.....	661
11.	Favorecimento pessoal.....	661
11.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	661
11.2	Sujeitos ativo e passivo.....	662
11.3	Elemento subjetivo.....	662
11.4	Objetos material e jurídico.....	662
11.5	Classificação.....	662
11.6	Diferença entre o favorecimento e a participação.....	663
11.7	Viabilidade do crime anterior.....	663
11.8	Exercício regular de direito.....	663
11.9	Figura privilegiada do § 1.º.....	664
11.10	Escusa absolutória (imunidade absoluta).....	664
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	664
11.11	Quadro-resumo.....	665
12.	Favorecimento real.....	665
12.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	665
12.2	Sujeitos ativo e passivo.....	667
12.3	Elemento subjetivo.....	667
12.4	Objetos material e jurídico.....	667
12.5	Classificação.....	667
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	667
12.6	Quadro-resumo.....	668
13.	Favorecimento real em presídio.....	668
13.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	668
13.2	Sujeitos ativo e passivo.....	669
13.3	Elemento subjetivo.....	669
13.4	Objetos material e jurídico.....	669
13.5	Classificação.....	669
13.6	Particularidades.....	670
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	670
13.7	Quadro-resumo.....	671
14.	Exercício arbitrário ou abuso de poder.....	671

15. Fuga de pessoa presa ou submetida a medida de segurança .....	671
15.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	671
15.2 Sujeitos ativo e passivo.....	672
15.3 Elemento subjetivo.....	672
15.4 Objetos material e jurídico.....	672
15.5 Classificação.....	672
15.6 Figura qualificada do § 1.º .....	672
15.7 Concurso de crimes e sistema da acumulação material.....	673
15.8 Figura qualificada do § 3.º .....	673
15.9 Forma culposa .....	673
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	673
15.10 Quadro-resumo .....	674
16. Evasão mediante violência contra pessoa.....	674
16.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	674
16.2 Sujeitos ativo e passivo.....	675
16.3 Elemento subjetivo.....	675
16.4 Objetos material e jurídico.....	675
16.5 Classificação.....	676
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	676
16.6 Quadro-resumo .....	676
17. Arrebatamento de preso .....	677
17.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	677
17.2 Sujeitos ativo e passivo.....	677
17.3 Elemento subjetivo.....	678
17.4 Objetos material e jurídico.....	678
17.5 Classificação.....	678
17.6 Quadro-resumo .....	678
18. Motim de presos .....	679
18.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	679
18.2 Sujeitos ativo e passivo.....	679
18.3 Elemento subjetivo.....	679
18.4 Objetos material e jurídico.....	680
18.5 Classificação.....	680
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	680
18.6 Quadro-resumo .....	681
19. Patrocínio infiel .....	681
19.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	681
19.2 Sujeitos ativo e passivo.....	682
19.3 Elemento subjetivo.....	682
19.4 Consentimento do ofendido.....	682
19.5 Objetos material e jurídico.....	683
19.6 Classificação.....	683
19.7 Patrocínio simultâneo ou tergiversação .....	683
19.7.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	683
19.7.2 Sujeitos ativo e passivo.....	683

19.7.3	Elemento subjetivo.....	684
19.7.4	Classificação.....	684
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	684
19.8	Quadro-resumo .....	684
20.	Sonegação de papel ou objeto de valor probatório .....	685
20.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	685
20.2	Sujeitos ativo e passivo.....	685
20.3	Elemento subjetivo.....	685
20.4	Restituição dos autos, documento ou objeto antes de a denúncia ser oferecida .....	686
20.5	Objetos material e jurídico.....	686
20.6	Classificação.....	686
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	686
20.7	Quadro-resumo .....	687
21.	Exploração de prestígio .....	687
21.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	687
21.2	Sujeitos ativo e passivo.....	688
21.3	Elemento subjetivo.....	688
21.4	Objetos material e jurídico.....	688
21.5	Classificação.....	688
21.6	Causa de aumento da pena do parágrafo único .....	689
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	689
21.7	Quadro-resumo .....	689
22.	Violência ou fraude em arrematação judicial .....	690
22.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	690
22.2	Sujeitos ativo e passivo.....	690
22.3	Elemento subjetivo.....	690
22.4	Objetos material e jurídico.....	691
22.5	Classificação.....	691
22.6	Concurso de crimes e sistema de acumulação material.....	691
22.7	Quadro-resumo .....	691
23.	Desobediência a decisão judicial sobre perda ou suspensão de direito .....	692
23.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	692
23.2	Sujeitos ativo e passivo.....	692
23.3	Elemento subjetivo.....	692
23.4	Objetos material e jurídico.....	692
23.5	Classificação.....	692
23.6	Descumprimento de pena alternativa .....	693
23.7	Suspensão condicional do processo.....	693
23.8	Afastamento do cônjuge do lar.....	693
23.9	Suspensão ou proibição de dirigir veículos.....	693
	<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	693
23.10	Quadro-resumo .....	694
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	694

<b>Capítulo VI – Crimes contra as Finanças Públicas</b> .....	701
1. Fundamento constitucional .....	701
2. Contratação de operação de crédito .....	703
2.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	703
2.2 Sujeitos ativo e passivo.....	705
2.2.1 Presidente da República.....	705
2.2.2 Prefeito Municipal.....	705
2.3 Elemento subjetivo.....	705
2.4 Objetos material e jurídico.....	705
2.5 Classificação.....	705
2.6 Figuras equiparadas do parágrafo único.....	706
2.7 Norma penal em branco.....	706
2.8 Dívida consolidada cujo montante ultrapassa o limite legal.....	706
2.9 Quadro-resumo .....	707
3. Inscrição de despesas não empenhadas em restos a pagar .....	708
3.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	708
3.2 Sujeitos ativo e passivo.....	709
3.3 Elemento subjetivo.....	709
3.4 Objetos material e jurídico.....	709
3.5 Classificação.....	709
3.6 Quadro-resumo .....	710
4. Assunção de obrigação no último ano do mandato ou legislatura .....	710
4.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	710
4.2 Sujeitos ativo e passivo.....	712
4.3 Elemento subjetivo.....	712
4.4 Objetos material e jurídico.....	712
4.5 Classificação.....	712
4.6 Exclusão de responsabilidade .....	713
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	713
4.7 Quadro-resumo .....	714
5. Ordenação de despesa não autorizada.....	714
5.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	714
5.2 Sujeitos ativo e passivo.....	716
5.3 Elemento subjetivo.....	716
5.4 Objetos material e jurídico.....	716
5.5 Classificação.....	716
<i>Jurisprudência selecionada</i> .....	717
5.6 Quadro-resumo .....	717
6. Prestação de garantia graciosa.....	718
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	718
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	718
6.3 Elemento subjetivo.....	719
6.4 Objetos material e jurídico.....	719
6.5 Classificação.....	719
6.6 Quadro-resumo .....	719



7.	Não cancelamento de restos a pagar .....	720
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	720
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	720
7.3	Elemento subjetivo.....	721
7.4	Objetos material e jurídico.....	721
7.5	Classificação.....	721
7.6	Quadro-resumo .....	721
8.	Aumento de despesa total com pessoal no último ano do mandato ou legislatura .....	722
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	722
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	724
8.3	Elemento subjetivo.....	724
8.4	Objetos material e jurídico.....	724
8.5	Classificação.....	724
8.6	Quadro-resumo .....	725
9.	Oferta pública ou colocação de títulos no mercado .....	725
9.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	725
9.2	Sujeitos ativo e passivo.....	726
9.3	Elemento subjetivo.....	726
9.4	Objetos material e jurídico.....	726
9.5	Classificação.....	726
9.6	Quadro-resumo .....	727
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	728

## PARTE 7

### CRIMES CONTRA O ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO

<b>Capítulo I – Crimes contra a Soberania Nacional.....</b>	<b>733</b>
1. Aspectos históricos.....	733
2. Conceito anterior de segurança nacional.....	734
3. Visão pragmática de segurança nacional em confronto com o crime político.....	735
4. Objeto Jurídico da Lei 14.197/2021 .....	736
5. Crimes políticos.....	737
6. atentado à soberania.....	737
6.1 Estrutura do tipo penal incriminador .....	737
6.2 Sujeitos ativo e passivo.....	738
6.3 Elemento subjetivo.....	738
6.4 Objetos material e jurídico.....	738
6.5 Classificação.....	738
6.6 Causa de aumento de pena .....	738
6.7 Figura qualificada.....	738
6.8 Quadro-resumo .....	739

7.	Atentado à integridade nacional.....	739
7.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	739
7.2	Sujeitos ativo e passivo.....	740
7.3	Elemento subjetivo.....	740
7.4	Objetos material e jurídico.....	740
7.5	Classificação.....	740
7.6	Quadro-resumo .....	741
8.	Espionagem .....	741
8.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	741
8.2	Sujeitos ativo e passivo.....	742
8.3	Elemento subjetivo.....	742
8.4	Objetos material e jurídico.....	742
8.5	Classificação.....	742
8.6	Favorecimento pessoal específico .....	743
8.7	Figura qualificada.....	743
8.8	Figura privilegiada .....	743
8.9	Excludente de ilicitude.....	744
8.10	Quadro-resumo .....	745
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>746</i>

## **Capítulo II – Crimes contra as Instituições Democráticas .....**

1.	Abolição violenta do estado democrático de direito .....	747
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	747
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	748
1.3	Elemento subjetivo.....	748
1.4	Objetos material e jurídico.....	748
1.5	Classificação.....	748
1.6	Quadro-resumo .....	748
2.	Golpe de Estado.....	749
2.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	749
2.2	Sujeitos ativo e passivo.....	749
2.3	Elemento subjetivo.....	750
2.4	Objetos material e jurídico.....	750
2.5	Classificação.....	750
2.6	Quadro-resumo .....	750
	<i>Resumo do capítulo.....</i>	<i>751</i>

## **Capítulo III – Crimes contra o Funcionamento das Instituições Democráticas no Processo Eleitoral .....**

1.	Interrupção do processo eleitoral.....	753
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador .....	753
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	753
1.3	Elemento subjetivo.....	754
1.4	Objetos material e jurídico.....	754

1.5	Classificação.....	754
1.6	Quadro-resumo.....	754
2.	Art. 359-O. (Vetado).....	755
3.	Violência política.....	756
3.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	756
3.2	Sujeitos ativo e passivo.....	757
3.3	Elemento subjetivo.....	757
3.4	Objetos material e jurídico.....	757
3.5	Classificação.....	757
3.6	Quadro-resumo.....	757
4.	Art. 359-Q. (Vetado).....	758
	<i>Resumo do capítulo</i> .....	759
<b>Capítulo IV – Crimes contra o Funcionamento dos Serviços Essenciais.....</b>		<b>761</b>
1.	Sabotagem.....	761
1.1	Estrutura do tipo penal incriminador.....	761
1.2	Sujeitos ativo e passivo.....	761
1.3	Elemento subjetivo.....	762
1.4	Objetos material e jurídico.....	762
1.5	Classificação.....	762
1.6	Quadro-resumo.....	762
<b>Capítulo V – (Vetado).....</b>		<b>763</b>
1.	Art. 359-S (Crimes contra a cidadania).....	763
<b>Capítulo VI – Disposições Comuns.....</b>		<b>765</b>
1.	Excludente de ilicitude.....	765
2.	Art. 359-U. (Vetado).....	766
<b>Referências Bibliográficas.....</b>		<b>769</b>
<b>Obras do Autor.....</b>		<b>807</b>